

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ATA N.º 02/2022

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 01 DE ABRIL

- Presidente:** - *Francisco José Esteves*
- 1.ª Secretária:** - *Luísa Maria Almeida Torres Belchior*
- 2.º Secretário:** - *José António Costa Ferreira*
- Hora de Abertura:** - **09.30 Horas**
- Outras presenças:** - A Câmara Municipal esteve representada pela Senhora Presidente *Júlia Maria de Almeida Lima e Sequeira Rodrigues* e pelos Senhores Vereadores:
- *Vítor Manuel Correia*
 - *Orlando Ferreira Pires*
 - *Francisco José Clemente Sousa*
 - *Nélia Alexandra Pires Pinheiro*
- Local da Reunião:** - **Auditório do Centro Juvenil Salesiano de Mirandela**

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a Sessão por haver quórum.

Informações da Mesa da Assembleia Municipal.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Muito bom dia a todos, vamos dar início a esta 1.ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Mirandela, desejando a todos vós um ótimo trabalho.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhor Secretário, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Bom dia a todos, procedo, como é habitual, à chamada.

Feita a chamada passo à ordem das restantes informações, relativamente ao expediente, informo que o mesmo se encontra para consulta junto do Setor de Apoio aos Órgãos Municipais, para consulta em horário regular.

Relativamente à mobilidade da Assembleia, queria que tomassem conhecimento das seguintes substituições:

O Senhor Deputado *João Carlos Malheiro dos Reis* é substituído pelo Senhor Deputado *Emanuel Sérgio Batista*;

A Senhora Deputada *Débora Amparo Pinheiro Pereira* é substituída pelo Senhor Deputado *Luís António Santos Tomé*;

A Senhora Deputada *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo* é substituída pela Senhora Deputada *Rute Isabel Trigo Gonçalves*;

A Senhora Presidente da Junta de Freguesias de Múrias *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso* é substituída por *Patrícia Paula Ruivo dos Santos Romão*;

O Senhor Deputado *Hernâni Torres Moutinho* é substituído pelo Senhor Deputado *Bruno Leonel da Cruz Morais*;

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Telhas *Joaquim António Morais Clemente* é substituído por *Hélder Armando Ruivo Castelo*;

Registo de Faltas.

João Carlos Malheiro dos Reis, Débora Amparo Pinheiro Pereira, Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo, Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso, Hernâni Torres Moutinho, Joaquim António Morais Clemente e Diana Delfina Santos Costa.

Apresentaram justificação de Faltas:

- *João Carlos Malheiro dos Reis*: Sessão de 01 de abril de 2022.
- *Débora Amparo Pinheiro Pereira*: Sessão de 01 de abril de 2022.
- *Deolinda do Céu Lavandeira Ricardo*: Sessão de 01 de abril de 2022.

- *Cláudia Viviana Estrói Carvalho Afonso*: Sessão de 01 de abril de 2022.
- *Hernâni Torres Moutinho*: Sessão de 01 de abril de 2022.
- *Joaquim António Morais Clemente*: Sessão de 01 de abril de 2022.
- *Diana Delfina Santos Costa*: Sessão de 01 de abril de 2022.

DELIBERAÇÃO: A Mesa da Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, justificar as faltas dos membros mencionados.

1.º Período de Intervenção do Público

1 – Público - 1.º Período de Intervenção do Público.

----- Não houve qualquer intervenção do público.

Ordem do Dia

2 - Período da Ordem do Dia.

2.1 - Condições de Segurança da Ponte Engenheiro Machado Vaz, sobre o rio Tua.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a este Ponto, chamo o Senhor Engenheiro *Rui Fernandes* que vem fazer uma apresentação sobre o Relatório que foi realizado à Ponte Machado Vaz e aproveito desde já, para agradecer ao Senhor Engenheiro a amabilidade da presença aqui, na Assembleia Municipal.

----- Foi feita uma apresentação pelo Senhor Engenheiro *RUI FERNANDES* Técnico da Câmara Municipal de Mirandela, sobre as Condições de Segurança da Ponte Engenheiro Machado Vaz, sobre o rio Tua:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

As principais anomalias encontradas na Ponte são as deformações do tabuleiro, que resultam por um lado, da sua elevada esbelteza e, por outro, da conceção estrutural original. De acordo com os elementos de projeto, a zona central dos vãos intermédios terá sido betonada numa 2ª fase, não existindo pré-esforço de continuidade. Esta opção de projeto conduz a uma redução de rigidez do tabuleiro visto ser inevitável a fendilhação do troço betonado em 2.ª fase.

Registo aqui algumas patologias que foram apontadas no Relatório de Avaliação, há alguma fissuração na zona lateral do tabuleiro no alinhamento de pilares, também existem fissuras sob o tabuleiro, em alguns casos com evidência de passagem de água.

A fissuração dos passeios aparenta estar relacionada com a vibração/ deformações excessivas do tabuleiro. Atendendo à exposição a temperaturas baixas o tipo de pedra utilizado (calcário) não será o mais adequado.

Os trabalhos de avaliação estrutural e das condições de segurança que a Câmara Municipal adjudicou à Betar Consultores, Lda., tinham cinco níveis de intervenção:

1. Realização de carotes no pavimento para averiguação da espessura do pavimento betuminoso sobre o tabuleiro;
2. Nivelamento topográfico do tabuleiro;
3. Realização de Ensaios Dinâmicos para caracterização do comportamento estrutural;
4. Modelação numérica e avaliação da segurança teórica;
5. Avaliação preliminar das medidas a implementar para cumprimento das exigências.

Em relação ao 1.º parâmetro, neste entretanto chegou ao nosso conhecimento de que a Ponte foi intervencionada entre 1987 a 1989, com uma recarga de betuminoso, já constatadas deformações e este reforço de betuminoso visou essencialmente corrigir essas imperfeições.

Foi feito também um nivelamento topográfico, com muita precisão e rigor e depois foram realizados ensaios dinâmicos caracterizando o comportamento estrutural, por uma Equipa Técnica da FEUP – Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Houve também uma modelação estrutural, que no fundo é o cálculo da Ponte e o ponto 5 ainda está numa fase que irá ser analisado posteriormente.

Os objetivos dos ensaios dinâmicos, que foram realizados pelo Laboratório de Vibrações e Monitorizações da FEUP, tinham como objetivo:

- Caracterizar o seu comportamento dinâmico, nomeadamente através da identificação das principais frequências naturais;
- Determinar os modos de vibração e coeficientes de amortecimento;

AA
AB
7/2

- Verificar amplitudes de vibração da ponte em serviço/condições de funcionamento habitual, com passagem frequente de veículos e de pessoas, mas sem congestionamento de tráfego ou concentração de pessoas.

Estes parâmetros são essenciais para passar à avaliação da segurança teórica, mais concretamente ao cálculo da estrutura, porque são parâmetros técnicos que entram no cálculo.

Aqui é um extrato do relatório dos ensaios dinâmicos, não me vou alongar muito na parte técnica destes relatórios, irei passar o mais rápido possível para as conclusões, porque também seria maçudo estar aqui a desenvolver este tema.

Desde logo, este relatório dos ensaios dinâmicos conclui que não é aconselhada a utilização da ponte em eventos envolvendo o atravessamento de grandes fluxos de peões, nomeadamente provas desportivas com corrida, sem que tais efeitos sejam devidamente avaliados. Esta conclusão é extremamente relevante porque obriga a tomar medidas comportamentais na utilização da ponte, designadamente na componente dos eventos e Mirandela tem alguns eventos com muita concentração de pessoas, a Noite dos Bombos, o *Jet Sky* e outros eventos que ali decorrem, dado ser um palco privilegiado para assistir a eventos no rio.

A Modelação numérica e avaliação da segurança teórica / cálculo da ponte, feita pelo Gabinete Betar que recorreu a elementos de base de projeto tais como:

- Projeto de Traçado de Cabos BBRV de Pré-Esforço e Faseamento do Pré-Esforço;
- Peças Desenhadas de Pré-Esforço;
- Peças Desenhadas de Definição Geométrica e de Pormenorização de Armaduras do Projeto Original;
- Ensaios Dinâmicos da Ponte Engenheiro José Machado Vaz – Relatório Técnico realizado pelo Laboratório de Vibrações e Monitorizações da FEUP.

Consultados os arquivos da extinta Direção de Serviço de Pontes, não foi possível aceder aos elementos da empreitada e mesmo nos elementos de projeto, não havia indicações de alguns materiais, ou seja, recorreram de forma conservativa a um cálculo considerando um betão com um comportamento semelhante ao classe C30/37 e quanto ao aço, consideraram dois cenários correspondentes aos aços das classes A235 e A400. A metodologia de cálculo recorreu ao RSA - Regulamento Segurança e Ações e o REBAP - Regulamento de Estruturas de Betão Armado e Pré-Esforçado e a um modelo de cálculo tridimensional de elementos finitos, com recurso ao programa de cálculo SAP2000.

Vou apresentar algumas imagens desse relatório só para caracterizar a situação, no fundo isto são diagramas de cálculo onde o programa consegue, devido à malha de elementos de traçada, consegue apurar as extensões em cada ponta da ponte.

Há aqui algumas chamadas de atenção, as combinações quase permanentes de ações se verificam tensões de tração de 5.9MPa na zona de meio vão onde foi realizado o puxe dos cabos e depois realizado o fecho dessa zona e em que não existe pré-esforço.

Sobre os apoios, a secção não verifica a descompressão sendo que as trações máximas aparecem localmente nas zonas junto às consolas, apresentando uma tração de 2.5MPa na fibra superior.

As combinações quase permanentes de ações se verificam tensões de tração de 5.9MPa na zona de meio vão onde foi realizado o puxe dos cabos e depois realizado o fecho dessa zona e em que não existe pré-esforço.

Sobre os apoios, a secção não verifica a descompressão sendo que as trações máximas aparecem localmente nas zonas junto às consolas, apresentando uma tração de 2.5MPa na fibra superior. Também é aqui que o valor observado como tensão de tração máxima ultrapassa o valor característico na zona dos apoios. Finalmente para o tramo intermédio seguinte, a secção de meio vão (secção TR-INT2-VÃO) não verifica a segurança para a sobrecarga distribuída (SCD) considerando quer um aço A235, quer um aço A400, mesmo para o aço mais favorável também não verifica este parâmetro.

Vou passar muito resumidamente às conclusões do relatório, que são conclusões que eu considero preliminares e também atendendo a uma esclarecimento ao relatório que eu solicitei ao Gabinete Betar, no sentido de enquanto se resolve o problema, que fossem concretos quanto ao grau de risco da ponte.

Eles concluem que não é aconselhada a utilização da Ponte Engenheiro Machado Vaz sobre o Rio Tua em eventos envolvendo o atravessamento de grandes fluxos de peões, nomeadamente provas desportivas com corrida, sem que tais efeitos sejam devidamente avaliados. Os resultados da avaliação estrutural (tomando como referência as características dos materiais aço e betão considerados no projeto) permitem concluir que: em conformidade com a regulamentação portuguesa atual (RSA e do REBAP) existem algumas secções dos elementos estruturais analisados onde não é verificada a segurança.

Poderemos afirmar que relativamente à verificação da ação sísmica a estrutura deverá ser reforçada para cumprir com as disposições regulamentares (RSA/ REBAP). Apesar da localização numa zona de baixa sismicidade, atendendo à conceção da obra, o reforço sísmico é, de certa forma, previsível.

No que diz respeito à verificação para “cargas rodoviárias”, o valor do *déficit* de resistência é bastante influenciado pela classe de resistência do aço das armaduras. Caso se confirme o cenário mais pessimista (aço da classe A235) poder-se-á assumir que é recomendável o reforço estrutural. Caso se verifique que o aço é da classe A400, caberá a CMM assumir se aceita a redução da margem de segurança teórica, eu aqui acho que ninguém quer aceitar margens de segurança. De qualquer forma, não será indiferente nesta avaliação, a inexistência de fissuração importante na estrutura que evidenciasse uma situação grave de insuficiência de capacidade de carga.

Com base na avaliação da segurança estrutural já realizada (teórica) devem ser tomadas medidas de restrição de utilização da ponte considerando-se benéfica a limitação de carga rodoviária, designadamente uma possível a limitação a 30ton, isto foi uma recomendação que a Betar fez e que nós já estamos a implementar. Outra medida de restrição de utilização que poderá ser importante será a colocação de barreiras físicas, mas de peso reduzido, que impeçam que em situação de acidente existam cargas importantes nas zonas dos passeios.

A necessidade de reforço estrutural afigura-se incontornável caso se confirme que o aço utilizado é da classe A235 tal resulta da resposta à esclarecimento da questão 3, foi uma questão que eu coloquei à Betar, sendo necessário prosseguir com os estudos de caracterização dos materiais reais existentes em obra (aço, betão e questões de geotecnia) propostos pelo gabinete BETAR.

AA
AB
7/12

Como evoluir o processo, no plano técnico é preciso avançar com o cumprimento de um plano de ensaios, a Betar fez-nos chegar recentemente um plano de ensaios:

- 1. Ensaios de medição da espessura do betão de recobrimento e determinação da posição das armaduras (para permitir a execução das carotes minimizando o risco de afetar as armaduras);
- 2. Extração de carotes para determinação da resistência do betão à compressão e avaliação do módulo de elasticidade (mínimo de 5);
- 3. Extração de amostras de varões de armadura ordinária (tabuleiro e pilares) para determinação da resistência à tracção do aço (mínimo de 3);
- 4. Sondagens mecânicas e ensaios SPT – para evitar a realização no leito propõe-se a realização de uma sondagem junto a cada margem, num total de 2 sondagens. Com esta informação será possível confrontar com as condições previstas no corte longitudinal da ponte.
- Recálculo da estrutura – Determinação do cenário de avaliação da segurança - Tomada de decisão
- Realizar projeto de execução em função do cenário da avaliação da segurança

Nós estamos a fazer uma consulta preliminar a empresas da especialidade, para concretizar esse plano de ensaios, depois de termos esse plano de ensaios é preciso recalcular a estrutura novamente, fazer a determinação do cenário de avaliação da segurança e depois tomar uma decisão e essa decisão será vertida num projeto de execução em função do cenário da avaliação da segurança, ou seja, se o cenário for muito grave, o projeto de execução será mais complexo, se for menos grave o projeto de execução será menos complexo e mais económico.

No plano da gestão, deve ponderar-se:

- Se a evolução dos estudos TÉCNICOS devem continuar a cargo da Câmara Municipal de Mirandela, ou se os mesmos devem aguardar até se saber quem, no atual contexto legal e contratual aplicável, deverá ser a entidade responsável pela gestão da conservação da Ponte Engenheiro Machado Vaz, sobre o Rio Tua.
- As dúvidas persistem, pois, a Câmara Municipal de Mirandela, entende que a responsabilidade é da IP-Infraestruturas de Portugal e a IP, pelo menos na última comunicação (em 2019/12/20) sobre esta matéria e de forma unilateral, refere que a ponte foi incluída no processo de desclassificação da antiga EN 15, ou seja, que é da responsabilidade da Câmara Municipal de Mirandela.
- Concluídos os estudos e o conseqüente projeto de execução, quem vai suportar os encargos com a realização das obras?

Eu vou falar um pouco das características da ponte e antecedentes:

Esta obra consiste numa ponte rodoviária, com um comprimento total de 190.00m e largura de 16.00m. É subdivida em oito vãos, tendo vãos de extremidade com 20.00m e vãos intermédios com 25.00m de comprimento.

A Ponte Engenheiro Machado Vaz foi inaugurada em 12 de outubro de 1970. Esta ponte servia a antiga EN 15 que, no conjunto das comunicações rodoviárias do nordeste transmontano, constituiu uma via de principal de relevo ligando Bragança ao Porto, permitindo o trânsito internacional via Zamora.

Não obstante a desclassificação do troço da EN 15 onde se integrava esta ponte, o facto é que, ainda hoje, a mesma continua a servir propósitos rodoviários de âmbito nacional designadamente, o trânsito com origem na EN 213 ligando Valpaços, Chaves e Espanha via Verin aos concelhos limítrofes de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, IP2 (também aqui pela EM 578) e IC5.

As deformações na Ponte não são de agora, de acordo com os elementos de projeto que a BETAR nos fez chegar, é expectável que ao longo do tempo tenham ocorrido recargas do pavimento associadas a repavimentações, tendo em 1987 (na jurisdição da antiga JAE e a cargo e responsabilidade da ex-Direcção de Serviços de Pontes), sido previstos enchimentos que chegaram a atingir 10cm de espessura na zona de meio vão, que minimizou o impacto visual das deformações aumentando a comodidade na circulação, mas sem se saber ao certo, se tal intervenção contribuiu ou não para agravar as deformações.

Pode com toda a certeza afirmar-se que, um incremento de peso associado a um revestimento superficial (recargas betuminosas), jamais melhorará a performance estrutural desta obra de arte e muito menos poderia restabelecer as deformações constatadas.

No que concerne à questão de saber quem, no atual contexto legal e contratual aplicável, deverá ser a entidade responsável pela gestão da conservação da Ponte Engenheiro Machado Vaz, sobre o Rio Tua, importa referir o seguinte tomando em conta a documentação a que tive acesso e que anexo devo dizer que:

- (1) Em 1995/05/09, foi celebrado um protocolo entre a JAE/Direção de Estradas do distrito de Bragança e a Câmara Municipal de Mirandela, fazendo a transferência para a rede viária municipal dos lanços das EN desclassificadas pelo DL 380/85, de 26/09 - EN 15, entre o Km 172+700 e o Km 180+700 (zona do nó da A4 e Carvalhais) – EN 213, entre o Km 50+500 e o Km 54+000 e EN 315, entre o Km 30+300 e o Km 34+000, na extensão de 15,200Kms.

Pelo que pude apurar, a CMM nunca realizou no âmbito deste protocolo, qualquer projeto ou obra de beneficiação nos troços desclassificados da EN 15 onde se insere a ponte Eng.º Machado Vaz, inferindo-se a conclusão de que, também não terá recebido da ex-JAE as verbas protocoladas para o efeito, ou seja, o protocolo não foi ainda concretizado.

- (2) Para execução da obra de beneficiação dos troços desclassificados foi admitido um custo estimado de 75.000 contos (374.098€), ou seja, um custo de 24.611€/Km. O acordo pressupunha que JAE contribuiria no domínio financeiro com a verba de designada de 75.000 contos e a Câmara Municipal de Mirandela responsabilizava-se pela elaboração do projeto e pela execução das obras de beneficiação.
- (3) **NOTA:** As obras de beneficiação previstas no protocolo, nunca poderiam considerar qualquer beneficiação da Ponte Engenheiro Machado Vaz, pelo simples facto de que os custos por Km considerados (24.611€/Km), serem significativamente inferiores aos praticados na beneficiação de estradas desclassificadas da rede nacional e cujos trabalhos elegíveis eram normalmente os seguintes: alargamento do perfil transversal aproveitando as bermas em terra, execução de valetas revestidas e órgãos de drenagem, pavimentação betuminosa e sinalização (não eram considerados cortes de curvas ou correções aos traçados nem beneficiação de obras de arte).

(4) A título de exemplo:

- (5) - No âmbito do PROTOCOLO DE 2002 – Desclassificação do lanço da EN15 entre Carvalhais (km 180+700) e o limite do concelho (Km 193+760) numa extensão de 13.060km.
- (6) A beneficiação da EN 15 entre rotunda da nora (Km 179.400) e o limite do concelho (Km 193+800) numa extensão de 14,400km teve um custo global de 2.187.669,6€+IVA o que perfaz um custo por Km de **151.921,00€/Km + IVA** (adjudicação ocorreu em 2006).
- (7) (2) No âmbito do PROTOCOLO DE 2005 – Desclassificação do lanço da EN15-4 entre p km 0+000 e o km 13+067 e EN 102 entre o km 23+566 e o km 26+050 26+050, na extensão global de 15,551Km.

O valor das obras protocolado foi de 1.656.960€ (106.550€/Km) acrescidos de 5.000€/Km/ano para encargos de destinados à manutenção e conservação, que julgo não estarem a ser transferidos para a Câmara Municipal de Mirandela.

Em 2002/11/26, a Câmara Municipal de Mirandela dirige um ofício (Ref: 08606) à Direção de Estradas de Bragança, solicitando uma Peritagem à Ponte Engenheiro Machado Vaz ou o envio dos resultados de qualquer análise já realizada, mostrando grande preocupação da Autarquia no âmbito da proteção civil municipal onde se referia que, as solicitações da ponte são muitas vezes excedidas em relação à base de dimensionamento, nomeadamente decorrentes de estacionamento abusivos e que a mesma regista grandes deformações em todo o tabuleiro.

A Direção de Estradas de Bragança, fez uma diligência ao Diretor Assessor de Obras de Arte e Estruturas Especiais do IEP (Eng.º *José Emídio Modesto de Oliveira*), dando-lhe conhecimento das preocupações da CMM relativas à obra de arte, onde o Diretor de Estradas confirma que, a ponte foi objeto de uma intervenção a cargo da ex-Direção de Serviços de Pontes pelos anos 1988/1989, devido provavelmente a cedências do pré-esforço, não tendo esta Direção de Estradas o processo que motivou tal intervenção.

O Diretor de Estradas de Bragança era, na época, o Eng.º *Manuel Cordeiro Fernandes*, precisamente a mesma pessoa que subscreveu o Protocolo de transferência dos troços de estradas nacionais acima referidos. O facto de este Diretor direcionar as preocupações de segurança da ponte manifestadas pela Câmara Municipal de Mirandela, para Diretor Assessor de Obras de Arte e Estruturas Especiais do IEP (Eng.º *José Emídio Modesto de Oliveira*), revela bem que, na sua mente, enquanto subscritor de tal protocolo, nunca esteve a convicção de “empurrar” a responsabilidade da ponte Engenheiro Machado Vaz para a Câmara Municipal de Mirandela, pois, caso contrário a sua resposta e atitude seria certamente outra.

O facto de o Diretor de Estradas de Bragança, desconhecer o processo que motivou tal intervenção na ponte (ocorrida em 1988/1989), apesar de esta obra se localizar num troço da EN 15 pertencente ao território de estradas por si administrado, sustenta a convicção que existia na altura, de que as pontes tinham uma gestão independente das estradas propriamente ditas e que a Direção de Serviços de Pontes detinha autonomia técnica e financeira para promover a conservação e manutenção de obras de arte a nível nacional e, neste contexto, o protocolo celebrado entre a JAE/Direção de Estradas do distrito de Bragança e a Câmara Municipal de Mirandela, não subentendia, a meu ver, a inclusão da Ponte Eng.º Machado Vaz. Acresce o facto de, no dito Protocolo, não haver nenhuma referência à Ponte Eng.º Machado Vaz.

Em 2006 e 2012, volta a haver troca de correspondência entre a Câmara Municipal de Mirandela e as Estradas de Portugal sobre a beneficiação da Ponte Eng.º Machado Vaz.

Em 2019, a Câmara Municipal de Mirandela pretende fazer a reabilitação de passeios e guardas da ponte e nessa altura, também na convicção de que a ponte estava sobre a jurisdição da IP-Infraestruturas de Portugal, pediu um parecer para autorizar a Câmara a intervir nos passeios e em 2019/12/20, a IP-Infraestruturas de Portugal, envia uma comunicação para a CMM, a propósito de uma solicitação da Câmara Municipal de Mirandela “Pedido de parecer para autorização de reabilitação dos passeio e guardas da Ponte Eng.º Machado Vaz”, onde o Gestor Regional refere “... a ponte onde se pretende fazer a intervenção, foi transferida para a jurisdição desse Município, por protocolo celebrado em 9/05/1995, ...como tal, não há lugar à emissão de parecer por parte da IP”.

Esta recente resposta dada pela IP (ex-JAE), é muito diferente da que foi proferida em 2002 pelo Diretor de Estradas de Bragança, o subscritor do protocolo e da que foi expressa pelo Concelho de Administração da EP-Estradas de Portugal em 2012, parecendo ter havido, progressivamente e de forma unilateral, um declinar de responsabilidades por parte da IP (ex-JAE/Ex- EP), relativamente à gestão da conservação da Ponte Eng.º Machado Vaz.

Conclusões e ponderações sobre a titularidade da ponte:

A Ponte Eng.º Machado Vaz, ainda hoje serve o trânsito nacional com origem na EN 213 ligando Valpaços, Chaves e Espanha via Verin aos concelhos limítrofes de Vila Flor, Carrazeda de Ansiães, IP2 (também aqui pela EM 578) e IC5, afigurando-se excessivo e desproporcional, sobrecarregar exclusivamente o orçamento municipal, com obrigações de âmbito nacional, quer nos custos relacionados com a ponte Eng.º Machado Vaz quer com os de manutenção e conservação da antiga EN15 entre o nó da A4 e a ponte, quer o troço urbano de ligação com a EN 213 e ainda a EM 578 que escoo o transito de âmbito nacional de ligação ao IP2;

O protocolo celebrado em 1995/05/09, entre a JAE/Direção de Estradas do distrito de Bragança e a Câmara Municipal de Mirandela, fazendo a transferência para a rede viária municipal dos lanços das EN desclassificadas pelo DL 380/85, de 26/09 - EN 15, entre o Km 172.700 e o Km 180.700 (zona do nó da A4 e Carvalhais) – EN 213, entre o Km 50.500 e o Km 54.000 e EN 315, entre o Km 30.300 e o Km 34.000, na extensão de 15,200Kms, é omissivo quanto à responsabilidade da ponte Eng.º Machado Vaz;

Pelo que pude apurar, a Câmara Municipal de Mirandela nunca realizou no âmbito deste protocolo, qualquer projeto ou obra de beneficiação nos troços desclassificados da EN 15 onde se insere a ponte Eng.º Machado Vaz (entre o nó da A4 e Mirandela), inferindo-se a conclusão de que também não terá recebido da ex-JAE as verbas protocoladas para o efeito, ou seja, o protocolo não foi ainda concretizado.

Sabendo-se agora, que as debilidades da ponte, já eram do conhecimento da IP em 1987 (ex-Direção de Serviços de Pontes), antes da celebração do protocolo, como é possível e aceitável, que um organismo Estatal possa transferir para uma Câmara, uma responsabilidade desta envergadura “embrulhada num protocolo” e sem que esta Câmara tenha tido a plena convicção do que estava a receber?

Decorrente da avaliação estrutural e das condições de segurança já realizada pelo Gabinete BETAR, é recomendável implementar uma limitação de carga rodoviária a 30ton na ponte. A concretização desta medida, implica colocar a adequada sinalização

AA
AB
7/12

rodoviária no nó Oeste da A4, desviando o respetivo trânsito da A4 e EN 213 para o troço de autoestrada até ao nó Norte da A4. Esta ação está em curso e em fase de concretização, a Câmara Municipal de Mirandela elaborou um plano de sinalização para implementar ação de limitação de carga; Mandou o plano para o IP; Dialogou com representante da PSP; Adjudicou a conceção e colocação a empresa da especialidade; Prevê-se que durante a próxima semana se inicie a colocação dos sinais;

Foi comunicado esta situação à ANTRM (Associação Nacional dos Transportes Rodoviários de Mercadorias), para divulgar junto dos associados este problema da limitação de carga;

Foi solicitado à concessionária da A4 a divulgação desta informação nos painéis de informação variável esta informação de limitação de carga.

Decorrente da avaliação estrutural e das condições de segurança, a BETAR elaborou um Plano de Ensaios de Caracterização de Materiais, que esta ação está em consulta preliminar, brevemente será tomada a decisão de qual será a empresa que os vai fazer, não obstante de que estes ensaios poderiam já estar a decorrer, depois de apuradas as responsabilidades da ponte.

Atendendo ao facto de as debilidades da ponte serem do conhecimento da IP em 1987 (ex-Direcção de Serviços de Pontes) e antes da celebração do protocolo celebrado em 1995/05/09, entre a JAE/Direcção de Estradas do distrito de Bragança e a Câmara Municipal de Mirandela, julga-se de ser encontrada uma solução de acordo de responsabilidades entre a Câmara Municipal de Mirandela e a IP/Governo, no sentido de restabelecer as adequadas condições de segurança na utilização desta obra de arte.

Deverá ser revisitado o Protocolo de 1995 e encontrada uma solução de acordo entre a Câmara Municipal de Mirandela e a IP/Governo, que contemple a beneficiação da ponte Eng.º Machado Vaz e o troço da antiga EN 15 entre o nó da A4 e a referida ponte.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito obrigada Senhor Engenheiro *Rui Fernandes* mais uma vez.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

“Estamos aqui a debater um assunto de suma importância para o concelho em termos de acessibilidades em segurança, uma ponte inaugurada por *Américo Tomás* em 13 de setembro de 1970, ... já lá vão pois 52 anos!

...52 anos e tudo o que envolve o decaimento dos componentes na vida útil dos materiais, ou seja, a sua fadiga em linguagem simples.

E as minhas primeiras palavras vão para o promotor destas ações preventivas de segurança, que tomou a iniciativa e pôs termo a décadas de inoperância, que “empurrava” para terceiros as responsabilidades de manutenção e eventuais reparações. Parabéns pois à Câmara Municipal.

Falar de pontes em Portugal, é falar de mérito da engenharia portuguesa, é falar dos bons exemplos e de magníficas pontes existentes, sejam de pedra, de betão armado, ou de madeira! Temos uma ponte de madeira que é considerada a maior da Europa e um *ex-libris* turístico.

E em Mirandela, temos a Ponte Eng.º Machado Vaz, que aqui hoje é tema de debate por razões negativas, atrevido-me até a considerar que esta não seja a tendência e não ilustra boa imagem da engenharia.

Após a exposição do Engenheiro *Rui Fernandes*, que elogio, fico mais confortável e mais esclarecido, mas continuarei a pugnar para que, independentemente de quem compete a tutela e responsabilidade dos custos, tem de haver medidas de intervenção imediatas que corrijam as deficiências apontadas e confirmem à estrutura rigidez, robustez, esbelteza e assegure a segurança e conforto a quem a atravessa.

Júlia Rodrigues disse a este propósito, que considera estes trabalhos não como um custo, mas antes como um investimento na segurança...

Sobre o relatório de avaliação referente e esta ponte

Dizer, em primeiro lugar, que aguardava um estudo mais alargado e não apenas centrado na resposta estrutural dos diferentes elementos do modelo físico existente, que exclui a caracterização do modelo geométrico, mas o Engenheiro *Rui Fernandes* esclareceu-me que este modelo já existe, mas só com o nivelamento geométrico no tabuleiro, o que considero que deveria ser mais complementado.

Assim, o relatório:

Começa por deduzir da relação direta da fendilhação e fissuração do tabuleiro com a inexistência de pré-esforço de continuidade e a betonagem em 2.ª fase na zona central dos vãos intermédios...

Primeira questão:

Não havia fiscalização em obra na altura? Pelo que conheço da JAE, esta era muito rigorosa nas obras que concebia.

O documento descreve as fórmulas de cálculo estrutural aplicado aos diferentes elementos face às ações mais influenciadoras e a qualidade dos resultados em termos de segurança, deu-nos aqui um bom exemplo de cálculo estrutural aplicado e todos ficamos a saber o que realmente nos espera.

Porém, era interessante saber sobre a erosão sedimentar, a hidrodinâmica, a velocidade de vazão da albufeira e a ondulação que porventura se origine na albufeira, devido a fenómenos naturais, como seja um deslizamento de encosta a montante pode originar uma onda sísmica e provocar danos graves na estrutura.

Por outro lado, refere que nos desenhos de projeto não há indicação do betão e do aço utilizados em obra, pelo que utiliza estimações quanto aos betões e deduz cenários quanto aos aços para obter os resultados de ensaio.

Segunda questão:

Mas não estava contratado a recolha destes elementos construtivos junto das entidades tutelares da obra nesta fase de estudo?

Por outro lado e relativamente aos solos é referido que os pegões da fundação estão encastrados, cito "no mínimo de 50 cm em camada xistosa".

Deduz-se daqui que a natureza do solo do leito é conhecida!

Porém, nas conclusões é recomendada a realização de 2 sondagens SPT nas margens para aferir da cartografia geológica do leito...!

Terceira questão:

Sim, estes elementos são indispensáveis para obras deste tipo, pelo que existem ou não os logs à data da construção?

Também descreve o tipo de fundação direta das sapatas e a sua ligação aos pilares bem como do comportamento elástico do conjunto face a forças de tração e compressão, alertando para o caso do pilar P4 que - por ser o único onde o tabuleiro é fixo, tenderá para alguma fendilhação.

Quarta questão:

Sendo assim, qual a recomendação de correção deste aspeto?

Ao invés de outras pontes, lamenta-se aqui não seja apresentada qualquer reportagem fotográfica editada, que permita uma avaliação visual da parte submersa...Tinha a ideia de que haviam sido contratados os serviços de uma inspeção subaquática ...! Não foram?

Quanto à deformação do Tabuleiro o estudo considera:

- 28.9 mm como aceitável nos de 25 m;
- Que a deformação permanente - visível nos tramos intermédios, se deve às razões construtivas atrás mencionadas, isto é, inexistência de pré-esforço de continuidade e a betonagem em 2.ª fase na zona central dos vãos intermédios.

O que contribuirá para a perda de rigidez devida a fissuração e conseqüente inflexão.

E, de facto, este conjunto de deformações e quebra de pedras do passeio são facilmente constatadas visualmente e, porventura, serão o cerne de todo este quadro de intervenção...

Mas...e sem querer ser alarmista, direi que:

Esta parte visível pode esconder um problema mais grave, que urge medir e caracterizar com vista à tomada das medidas corretivas mais adequadas.

E chegado aqui, perguntar:

Existe algum Plano de Observação que de algum modo possa aferir ou comparar aqueles valores? E se existe, já foi realizado algum teste de carga, que permita quantificar e caracterizar a resposta da estrutura em repouso e em esforço?

Na sua conclusão, o Relatório refere também:

1 - Quanto à INCERTEZA, cito:

"...toda a verificação de segurança foi efetuada com elevada incerteza em relação às propriedades dos materiais"...

2 - Quanto aos ENSAIOS SUGERIDOS, cito

"...após o conhecimento desta informação (ensaios) será possível ser mais assertivo na determinação do cenário de avaliação de segurança e permitir a tomada de decisão mais fundamentada" ...

Quase a terminar - tendo presente a qualidade dos resultados, as conclusões e sugestões apresentadas, entendo ser pertinente nesta fase crucial de tomada de decisão perguntar:

O Promotor dos trabalhos considera que o estudo é suficiente e expectável e vai dar-lhe continuidade?

Ou - porque o considera insuficiente, pretende desenvolver alguns trabalhos complementares a estes, que permitam obter um modelo geométrico rigoroso do existente?

Defendo esta metodologia complementar, baseado na experiência profissional de obras similares, onde a obtenção de um modelo real da geometria se revelou imprescindível.

Muito em particular, comparar a rasante obtida (geometria vertical) nos topos dos pilares e encontros, e compará-la com os elementos de projeto - dados obrigatórios em qualquer projeto de vias...e saber se/e onde houve recalques dos pilares.

E... muito importante!

Não havendo recalçamento, o problema da deformação vertical estaria no... tabuleiro! Como parece acontecer.

Por último, obra feita outras obras iniciadas:

... manutenção, monitorização."

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu não poderia deixar de intervir, porque me parece que o assunto é demasiado sério, importante e urgente resolver. Se, quando foi proposta a realização desta Assembleia Municipal Extraordinária havia dúvidas da sua justificação, eu penso que agora estamos na reunião e com a apresentação que nós assistimos e que a Comissão Permanente já tinha assistido e com os documentos que nós recebemos, nomeadamente em vez de um relatório de uma ponte, nós recebemos três relatórios de três pontes e eu acho extremamente positivo, só por isso acho que já valeu a pena a realização desta Assembleia.

AA
AB
7/12

Mas que com certeza valeu a pena, pelas respostas que a Senhora Presidente irá dar, ou informações que nós, Assembleia Municipal, precisamos de saber, da continuação e da possível demora ou não da resolução do problema, porque está já identificado que há um problema na ponte Eng.º Machado Vaz.

Lembrando também à Senhora Presidente e ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal que, não devemos descurar as outras duas pontes e as anomalias e as correções que são apontadas também, porque é necessário efetivamente não as esquecer, porque são essas três pontes que escoam o trânsito de Mirandela, de uma margem do rio para a outra e que unem Mirandela, não separam, unem Mirandela, são muito importantes, não só para Mirandela, mas também a nível nacional, como nós acabamos de ver, porque a ponte românica, ou a ponte Velha, é evidente que está limitada ao trânsito pelas condições que nós sabemos, nomeadamente, até pela sua continuação junto à Sacor, que já não tem condições para fluir o trânsito normalmente.

A ponte Açude sabemos que tem algumas limitações, até nos acessos quer de uma margem, quer de outra e portanto, nós temos na ponte Eng.º Machado Vaz a importância toda e uma grande percentagem do movimento da mobilidade de Mirandela e do país, da margem esquerda para a margem direita e vice-versa.

Queria agradecer ao Senhor Engenheiro *Rui Fernandes* as palavras que nos dirigiu, porque também sem isso, eu devo dizer que quando analisei, quando vi os relatórios, neste caso da ponte Eng.º Machado Vaz, fiquei confuso, por aquilo que eu já tinha ouvido o Eng.º Rui Fernandes, na Comissão Permanente, na explicação que deu e por aquilo que observava agora, porque evidentemente que este relatório é puramente técnico e isso ultrapassa-me, porque não é a minha área e com certeza que na maioria acontece isso também.

Foram importantes as duas situações, ou seja, o relatório e a apresentação do Engenheiro *Rui Fernandes*.

Devo dizer que, e para não demorar muito, que os problemas estão identificados, existem neste momento apenas algumas dúvidas, que penso que têm de ser encaminhadas, o mais rápido possível têm de ser resolvidas e que não podem esperar pela questão da resolução de saber se cabe à Câmara Municipal ou ao Estado a parte económica de suporte das obras a efetuar.

Em primeiro lugar está a segurança das pessoas e por isso tem de ser resolvida a situação o mais rápido possível e espero que esta Assembleia Municipal Extraordinária dê mais luz e mais força ao Executivo camarário para avançar rapidamente com a resolução do problema, independentemente dos custos económicos, porque alguém há-de pagar. Até porque nós sabemos com certeza que neste momento há todas as condições para que o Executivo realize a obra o mais rápido possível e porquê?

Porque acabamos de assistir à Tomada de Posse do Governo de maioria absoluta socialista, a Câmara Municipal tem a maioria socialista, existem fundos comunitários que vêm a caminho, do Plano de Recuperação e Resiliência e portanto, acho que devemos realmente avançar o mais rápido possível nessa resolução do problema.

Para terminar, não sei se vocês chegaram a essa conclusão, mas eu já há muito que cheguei a essa conclusão, de que Mirandela precisa urgentemente de tratar da construção de outra ponte e por isso sugere-se a construção de uma nova ponte, pelo que a médio prazo se deve proceder às diligências, aos estudos necessários, desde a sua localização, até à sua viabilização e posterior candidatura a fundos comunitários. Isto porque o trânsito de uma margem para a outra na área da cidade de Mirandela, é cada vez mais intenso, pois não serve só o Município, mas é um serviço de âmbito nacional, o tráfego é justificativo de uma nova ponte, até porque no caso de uma das duas pontes, nós temos quatro pontes, mas só duas é que servem o trânsito da cidade, se uma das pontes ficar interdita, devido a uma problemática que surja e que aí se conduza, ficamos limitados a uma só ponte, o que manifestamente é insuficiente e prejudicial para Mirandela, para a região, para o país, para os europeus e para todos os outros que a nível mundial possam ou tenham aqui que passar.

Por isso eu deixava esta ideia, esta sugestão, como lhe queira chamar Senhor Presidente, dirijo-me a si porque sei que está connosco e que foi uma das pessoas que concordou, logo de início, na realização desta Assembleia Extraordinária, eu deixava aqui a sugestão e ao mesmo tempo à Mesa ponderar a possibilidade de consultar esta Assembleia Municipal se concorda ou não que esta sugestão se possa transformar em recomendação ao Executivo, para que a médio prazo comece a pensar efetivamente na construção de uma nova ponte para Mirandela.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Uma das iniciativas que foram levadas a cabo ainda no anterior mandato, foi a avaliação estrutural de duas dezenas de pontes do concelho pela empresa Betar, que é uma empresa especializada na matéria e que nós apresentamos, divulgamos e informamos o estado da avaliação de algumas das pontes que os Serviços de Obras Municipais e Urbanismo tinham identificado como prioritárias.

Este estudo de avaliação estrutural, identificou-nos alguns problemas e foi a partir desse estudo que desenvolvemos estes trabalhos relacionados com a ponte Eng.º Machado Vaz e também a ponte Românica, a ponte Velha, como nós habitualmente chamamos, uma das questões que foi levantada, isto tendo em conta as questões técnicas que estão aqui envolvidas, porque são especialidades e conhecimentos que na Câmara Municipal, internamente, nós não temos sob o ponto de vista da especialização técnica e logo em 2018, fomos à Infraestruturas de Portugal avaliar de quem era a responsabilidade da ponte Eng.º Machado Vaz, uma vez que não tinha havido ao longo das últimas décadas nenhum estudo, nenhuma monitorização, no sentido da avaliação estrutural.

Na Infraestruturas de Portugal e apesar dos Técnicos da Câmara Municipal nos dizerem que a responsabilidade da ponte era da Infraestruturas de Portugal, a Infraestruturas de Portugal negou qualquer responsabilidade e assegurou-nos que com base na desclassificação da Estrada Nacional, a responsabilidade da ponte teria passado para a competência da Câmara Municipal.

Paralelamente a esta questão, nós fomos avançando com as contratualizações públicas decorrentes, que são obrigatórias para avançarmos com alguns estudos, muito protagonizadas pelo Chefe de Divisão, o Engenheiro *Rui Fernandes*, que tem investido muito daquilo que é a nossa capacidade técnica para fazerem os Cadernos de Encargos e tudo o que está decorrente das nossas obrigações.

Neste momento, pese embora esta apresentação já tenha sido feita em Comissão Permanente, consideramos que a Comissão Permanente poderia alertar sob o ponto de vista, os Grupos Municipais, para informação, conhecimento e na lógica da

AA
AB
7/12

transparência da informação, neste momento o que está aqui em causa é de facto, avançar com as restrições, tal qual foi dito na apresentação, em segundo plano, reunir com urgência com a Infraestruturas de Portugal e o Ministério das Infraestruturas e portanto, essa é a nossa primeira prioridade, para já garantir a execução do que foram as recomendações e por outro lado garantir o suporte político.

Neste momento e tal como referiu na apresentação o Eng.º *Rui Fernandes*, aquilo que sabemos é que o acordo incluía uma contrapartida financeira, que até ao momento não conseguimos, porque já são muitos anos, nem a IP ainda tem essa resposta, se foi paga a contrapartida financeira. Não tendo sido paga a contrapartida financeira, obviamente que o Protocolo não tem eficácia e podemos passar para a fase da responsabilidade da Infraestruturas de Portugal.

É uma questão que vamos obviamente acompanhar, é uma questão importante para todo o concelho, para todos aqueles que nos visitam, são vias estruturantes e por isso, para além desta, seguiremos depois para a apresentação do estudo da ponte Românica no sentido de também vos dar nota daquilo que tem sido feito.

Relativamente a todas as questões relacionadas com o apoio do Governo nesta questão, temos a noção de que quando há acordo é muito mais fácil, já houve muito investimento público do Orçamento Municipal nestes estudos, é preciso que fique claro que todos estes trabalhos têm sido assegurados pelo Orçamento Municipal, nós fizemos, em relação à ponte Românica, uma comunicação à Direção Geral da Cultura, que nos diz não ter responsabilidades na ponte, que a ponte, apesar de ser um monumento classificado, a responsabilidade é da Câmara Municipal, e sugerem-nos eles para falarmos também com a Infraestruturas de Portugal.

Temos aqui vários aspetos, estamos no momento fulcral para chegarmos a este acordo, tendo verificado também na última reunião da Associação Nacional de Municípios, foi uma das questões que eu levantei, em que estão todos os autarcas do país, do continente e ilhas, de facto nestas questões da responsabilidade dos Municípios no que diz respeito a obras de arte de grande dimensão, cuja capacidade técnica não está nos quadros técnicos da Câmara, julgamos que deveria haver este apoio, acompanhamento e financiamento destas obras de arte estruturais para os Municípios. É uma questão que também já foi levantada noutros fóruns, que é uma preocupação de todos, dos eleitos locais e por isso estamos a trabalhar nesse sentido.

Relativamente às questões colocadas, eu julgo que o Engenheiro *Rui Fernandes* em questões técnicas será a pessoa mais indicada, para depois fazer chegar a resposta aos Órgãos Municipais.

Relativamente às questões relacionadas com o Governo do mesmo Partido eleito pela Câmara Municipal, vamos ver de facto quais são as competências e quais são as responsabilidades, uma vez que a Infraestruturas de Portugal, como sabem é um instituto público e faz parte da jurisdição do Ministério das Infraestruturas, mas temos de fazer uma negociação importante e urgente, porque estamos a falar de alguns milhões de euros, de um investimento grande, sem ainda termos o projeto de execução, que levará ainda algum tempo a ser executado.

Nós estamos a falar de um período temporal, de quando iniciamos este processo de avaliação estrutural das pontes no concelho, estamos a falar de um período temporal de 2018 até hoje e por isso, são processos demorados, mas para já temos a noção de que temos de avaliar, de que temos de executar, mas não temos em risco eminente, pelo menos naquilo que dizem os Técnicos, garantindo obviamente as questões de restrições que eles aconselham.

Em relação aos fundos comunitários, é uma questão de elegibilidade, ou seja, nós estamos conscientes de que para o próximo Quadro Comunitário de Apoio, ainda estamos a executar este, já estamos no período final e muitas vezes, tudo o que são estradas, não têm sido comparticipadas, não tem havido qualquer comparticipação nacional para requalificação de estradas municipais, tivemos recentemente Avisos no âmbito das redes de abastecimento de saneamento e água, no âmbito do ciclo urbanos de águas financiados pelo Ministério do Ambiente, no POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, mas muitas das redes que nós temos vindo a executar nunca tiveram qualquer tipo de financiamento e portanto, é preciso que haja esta compatibilização daquilo que é a elegibilidade dos Avisos e o que nós poderemos efetivamente candidatar.

Antes da construção de uma outra ponte, ou seja, há muitos anos atrás, quando foi construída a ponte Açude havia a intenção da ponte Açude ser mais distante daquilo que nós vemos em relação à ponte Românica e isso não foi verificado, era tecnicamente mais importante, até sob o ponto de vista do desenvolvimento de todo o leito do rio, não foi essa a opção que foi tomada à data e a construção de uma nova ponte implica custos adicionais muito fortes e nós, neste momento, apesar de eventualmente um projeto ser importante, mas estamos muito focados na requalificação daquelas que temos e que têm alguns problemas, todas elas têm alguns problemas.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhora Secretária, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Muito obrigado Senhora Presidente, pelas informações prestadas relativamente à ponte Eng.º Machado Vaz e eu gostaria de informar a Assembleia Municipal que o Executivo solicitou à Mesa a possibilidade de introduzir também a questão da ponte Românica nesta Sessão, aproveitando a presença do Engenheiro *Rui Fernandes*, que dispõe de uma apresentação para o efeito e a justificação prende-se com o facto de a matéria estar associada à questão das pontes de Mirandela, também a ponte Românica apresenta um elevado grau de desgaste e também a questão de a quem cabe a responsabilidade de intervenções naquela ponte, à semelhança da ponte Eng.º Machado Vaz.

Feita esta solicitação, a Mesa entrou em contacto com os líderes dos Grupos Municipais que concordaram em que também se pudesse fazer aqui, aproveitando esta Assembleia Municipal Extraordinária, uma abordagem à questão da ponte Românica, contudo o Regimento determina que sem a aprovação da Assembleia Municipal esta matéria não pode ser discutida uma vez que não consta da Ordem de Trabalhos, pelo que eu pergunto à Assembleia Municipal se alguém se opõe à apresentação por parte do Engenheiro *Rui Fernandes* do estado em que se encontra a ponte Românica e todas as matérias associadas, à semelhança da ponte Eng.º Machado Vaz.

DELIBERAÇÃO: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a possibilidade de convidar o Engenheiro *Rui Fernandes* a fazer a apresentação da ponte Românica.

AA
16.
7/12

----- Foi feita uma apresentação pelo Senhor Engenheiro *RUI FERNANDES* Técnico da Câmara Municipal de Mirandela, sobre o estado de conservação da Ponte Velha, sobre o rio Tua:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Decorrente da inspeção técnica realizada pelo gabinete BETAR, a ponte Velha foi classificada num Estado de Conservação (EC) de NÍVEL 4, (Mau), numa escala de 1 a 5 em que EC=0 corresponde a Excelente e EC=5 corresponde a Muito Mau/extremamente Mau.

Só para terem uma noção, o Estado de Conservação razoável/médio. São especificadas reparações. Qualidade do material e execução más. Funcionamento defeituoso com importância em especial na durabilidade da obra de arte. Reparação a médio prazo (3-6 anos).

No caso da ponte Velha, o Estado de Conservação é mau. São especificadas reparações prioritárias. Qualidade do material e execução más. Funcionamento defeituoso com importância na durabilidade e comportamento da obra de arte. O Componente com esta classificação não cumpre o nível de serviço para o qual foi concebido. Pode ser especificada a necessidade de um Projeto de Reparação. Reparação a curto prazo (1-2 anos). Este é o cenário da ponte Velha.

Decorrente das anomalias detetadas na inspeção, foi elaborado um projeto de execução para realizar obras de reparação e conservação na Ponte Velha sobre o Rio Tua, com uma estimativa orçamental a rondar os 830.000€. A Câmara Municipal tem neste momento este projeto de execução, reúne todas as condições para ir a concurso e implementar as obras de reparação.

Este projeto de execução prevê: a limpeza geral da obra, selagem de juntas argamassadas e de cavidades, injeção de calda para consolidação do solo de enchimento dos pilares e dos quebra e talha-mares, desobstrução de sumidouros, reconstituição de elementos de alvenaria danificados, reposicionamento de blocos de granito, beneficiação e reparação dos guarda corpos. Só para ter uma ideia, a injeção de caldas de cimento prevê cerca de 500 toneladas, só o peso do pó são 500 toneladas, cerca de 245 perfurações, essa perfurações que o projeto prevê são na vertical no tabuleiro, que irão chegar às fundações da ponte, adicionalmente a esses 245 furos, há depois ainda de fazer furos de respiro, para sair o ar que está dentro da ponte, porque a injeção de caldas pressupõe que saia o ar que está dentro da ponte.

Subitamente, numa ação de esvaziamento da barragem ocorrida em novembro de 2021, constataram-se de forma inesperada, as anomalias identificadas no pilar 16. Foi possível recuperar os blocos de granito em falta que se encontravam espalhados no leito do Rio e foi feita esta reparação, quando nos apercebemos disto, solicitamos uma peritagem à Betar, que se deslocou a Mirandela para ver estas patologias identificadas e foi proposta uma reparação imediata e nesse mesmo dia a Câmara Municipal ficou naturalmente preocupada, consultamos uma empresa especializada nesta matéria, para podermos fazer um ajuste direto de recuperação deste pilar. Esta reparação pressupôs um ajuste direto, que ficou no valor de 26.555,00 €, inicialmente foi estimado cinco toneladas de calda de cimentícia para preenchimento das cavidades existentes, mas as cinco toneladas foram insuficientes, teve de se gastar mais 1,8 toneladas e esse pilar já se encontra reparado.

Vou falar um pouco da história desta ponte, de acordo com o SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitetónico, e da DGPC-Direção Geral do Património Arquitetónico, a ponte original terá sido construída no séc. XVI no reinado de D. Manuel, entre 1514 e 1536.

Desde então, a ponte foi sucessivamente intervencionada para expansão da travessia, para alteração e melhoria das suas funções ou para reparação de situações de ruína.

Em 1910 é classificada como Monumento Nacional/Imóvel Classificado (DL 16-6-1910, de 23 de junho). São realizadas obras de reparação e substituição dos arcos arruinados por 2 arcos de maior dimensão, ficando a ponte com 17 vãos e 238.5m de extensão, e a plataforma é alargada com remoção dos nichos sacros existentes.

Em 1963 a ponte foi integrada no Plano Nacional de Estradas, na estrada nacional N15, com intenso tráfego automóvel, e apresentava 17 arcos, mas dos quais 3 se encontravam desaprumados e em risco de derrocada; o Ministro das Obras Públicas considerou que esse problema devia ser resolvido pela Junta Autónoma das Estradas.

Em 1965 a ponte encontrava-se arruinada, destacando-se, entre outras, a brecha do arco nº 2 e a deslocação de um quebra-mar; necessitando de obras de consolidação.

Na década de 1970, o mau estado de conservação da ponte colocava em risco a sua segurança, necessitando urgentemente de uma intervenção de restauro e consolidação, o que foi atribuído à Junta Autónoma das Estradas; a ponte Engº José Machado Vaz já se encontrava construída.

Em 1972 foi aprovado o projeto de reparação da Junta Autónoma das Estradas, pela Secretaria de Estado da Cultura.

Em 1981 a DSRMN - Direção Serviços Regional de Monumentos do Norte, recomenda a proibição de circulação automóvel. Obras de beneficiação com limpeza geral de vegetação (extração e aplicação de herbicidas), reparação e consolidação do tímpano no pilar P2.

Em 1983 houve alteração de trânsito rodoviário com circulação apenas de saída, no sentido Mirandela-Porto.

Em 1989 a DGEMN Direção Serviços Regional de Monumentos do Norte, identifica problemas nas fundações dos arcos centrais e respetivos quebra-mares. Projeto de reparação e consolidação estrutural com colocação de tirantes metálicos, na retificação de juntas de alvenaria dos paramentos verticais e nos intradorsos dos arcos, injeção de betão no solo de enchimento entre cada 2 arcos e no extradorso dos arcos.

Em 1993 a ponte torna-se exclusivamente pedonal.

Em 2015 o município faz obras de reabilitação, para substituição do pavimento betuminoso por pavimento em lajeado de pedra de granito.

Importará esclarecer a quem pertence a ponte, no sentido de se apurar sobre que entidade deve recair a responsabilidade de execução das obras de reparação e consolidação previstas no projeto de execução...

Pelo que se pode apurar, nunca houve qualquer protocolo de transferência de responsabilidades para a Câmara Municipal desta ponte, estão a ser feitas diligências para as várias entidades a Direção Geral do Património Cultural recomendou que se fizesse uma diligência na Direção Geral do Tesouro e Infraestruturas de Portugal, porque tudo indica que esta ponte também não seja nossa, em bom rigor, aliás, sendo um monumento nacional, admite-se que a responsabilidade seja nacional.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Obrigada pela disponibilidade do Engenheiro *Rui Fernandes*, de nos fazer esta apresentação da ponte Velha, agradecer também à Assembleia Municipal ter permitido a introdução da abordagem a esta outra ponte de Mirandela, matéria de extrema importância, porquanto todos nos recordamos que um dos episódios que mais feriu a alma da comunidade portuguesa, foi precisamente a nível nacional, uma questão ligada a uma ponte, que tão dolorosa foi para muitas pessoas e muitas famílias.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

É sempre um gosto revê-los, quer em Assembleias Ordinárias, quer em Assembleias Extraordinárias, sabem o quanto eu gosto deste ambiente, porque o faço de pleno, de consciência e muitas vezes convicto das minhas ideias que tenho que as expor, ainda que estejam erradas.

Um pedido de desculpa por não cumprimentar os Senhores Vereadores, eu faço-o agora, faço um cumprimento amigo, sabem a estima e consideração que tenho por vós, à Vereadora *Nélia* um cumprimento amigo e a estima que tenho pela sua família, que sabe perfeitamente que tenho e manifesto-o aqui publicamente. Porque também não cumprimentei o Senhor Vereador *Vitor* e o Senhor Vereador *Orlando*, desculpem, apesar de tantos cumprimentos que eu fiz e depois não quero ser mal interpretado.

Senhor Presidente da Assembleia, se esta era uma Assembleia Extraordinária para termos dados conclusivos e podermos explicar à população, eu não sei o que é que vou explicar à população, estive numa Assembleia Municipal e perguntam-me: Mas a ponte Eng. Machado Vaz é nossa, é do Governo ou de quem é? Não sei.

Deixem-me dar aqui uma informação prévia, nada tem a ver com a apresentação do senhor Engenheiro *Rui Fernandes*, que sei que está a fazer um excelente trabalho, estou a falar só de decisões e deliberações políticas, não técnicas que não percebo nada disso, sei que está a fazer um esforço enorme para elaborar um processo que seja o melhor para a Câmara Municipal e para os municípios.

Se era para informar os senhores Deputados, a Assembleia para podermos informar a população, eu levo mais dúvidas do que certezas, esta apresentação foi-nos também apresentada na Comissão Permanente há cerca de um mês a esta parte, as dúvidas eram as mesmas, quando se faz uma Assembleia Municipal, tal é a importância que ela tem, continuo sem saber de quem é a ponte, que eu pensei hoje que já ia saber e quanto à grandiosidade da intervenção, continuamos sem saber porque é preciso fazer mais testes, porque não sabemos o aço que lá está e até já se fala de um montante de 1,5 milhões de euros de obra, sem os testes e os exames estarem todos concluídos.

É assim, eu queria justificar também o meu dia hoje, porque eu estou aqui, se era para dar explicações à população e podermos tranquilizá-la, eu não tenho explicações a mais do que as que tinha na última reunião de Comissão Permanente.

Era só isto basicamente que tenho a dizer e que espero que a ponte seja nossa e se a intervenção for avultada, que o Governo, da cor da Senhora Presidente, com tanto dinheiro que tem, não sei se é preciso mais ou menos Secretários de Estado do distrito de Bragança, sei que saímos a perder agora, não sei se saímos a perder muito, porque também não sabemos as obras que eles fizeram no distrito de Bragança, mas julgo que existem condições para que a ponte fique efetivamente segura, porque temos problemas também na ponte Românica, que também não é nossa, porque já fazemos obras também na Estação de Caminho-de-ferro, que também não é nossa.

----- O Senhor Deputado Municipal *JOSÉ TROVISCO* (PS) disse:
Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu realmente estava preocupado porque pensava que não ia falar mais destas duas pontes, a Românica e a Ponte Açude, mas tenho essa oportunidade.

Sobre a ponte Açude, tenho aqui uma dúvida que é o seguinte: Nas fotografias apresentadas a grande percentagem de enfoque é sobre o ferro à vista e pode realmente começar por aí a degradação acentuada da estrutura, tratando-se de uma estrutura que sofre de uma hidrodinâmica muito acentuada, com uma mini hídrica ao lado, que cria vibrações tremendas, eu pergunto se a ação de retirada do ferro à vista, que já provoca em alguns casos bastante fendilhação do betão, se está tomada a iniciativa de o retirar e de o corrigir imediatamente?

Sobre esta ponte não tenho mais nada a dizer, sobre a ponte Românica, tenho aqui a dúvida sobre um enrocamento proposto e gostaria de saber se esse tipo de enrocamento, a proteção dos quebra-rios, de que tipo é? Se é de estacaria para injeção de argamassas, de que tipo?

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Esta minha intervenção não estava programada porque eu não sou técnico em obras públicas, muito menos em engenharia civil, mas há aqui dois ou três pontos que convém e que não podemos deixar de fazer uma análise política sobre o problema e nas explicações que nos foram dadas ao longo deste tempo, há um facto que é transversal àquilo que têm sido os investimentos públicos no nosso concelho e o mais engraçado é que não estamos a falar apenas de uma, estamos a falar de duas e provavelmente as outras pontes que o Executivo desta Câmara pediu em termos das outras pontes que servem o concelho, também era importante

AA
AB
7/12

nós termos a informação do estado dessas pontes, porque não sabemos, só sabemos destas três e provavelmente haverá muitas mais.

O que importa aqui realçar e politicamente temos de fazer esta análise, é que desde 1995 que esta ponte foi desclassificada e não podemos “branquear” aquilo que aconteceu e é importante nós, que estamos aqui nesta Assembleia Municipal termos uma ideia do que é que aconteceu, foi desclassificada porque houve um interesse político em que ela fosse desclassificada e o que é mais importante é que essa desclassificação foi feita à base de um protocolo entre o Executivo da Câmara Municipal na altura, que era do PSD, não podemos negar isto e aqui o Governo também era do PSD simultaneamente, estamos a falar em 1995 que era o Dr. Cavaco Silva Primeiro-Ministro. O que é importante realçar e aquilo que me deixa perplexo é que, desde 1995 esse protocolo, pela informação que nos foi dada, dava 75 mil contos era a contrapartida, que hoje serão cerca de 450 mil euros, que nunca foram requeridos pelo Executivo à altura, para fazer qualquer tipo de obra, seja na ponte, ou seja nas vias de comunicação, isto é que é importante nós realçarmos e perceber que tanto o Executivo anterior, do PSD que teve este comportamento de desleixo puro e absoluto, deixou andar isto em completa “bandalheira”, que até ao dia de hoje ainda não conseguimos perceber de quem é que é a ponte, se a ponte é do Município, porque à luz da lei ela pertence ao Município, porque foi desclassificada e houve um protocolo assinado.

Agora, aqui o que me espanta é nós começarmos a dissecar sobre, como o Executivo não pediu as transferências no acordo que foi feito, então a ponte não é nossa, é da Infraestruturas de Portugal, o imbróglio que está aqui feito é um e é só um, que é, temos que resolver o problema da ponte e isso é que é o mais importante e agora aquilo que eu pergunto e visto que, era importante e o Senhor Deputado Paulo Pinto aqui falou, é importante é que já estamos neste processo desde 2018, aquilo que disse há pouco, é que este processo em termos de estudo de viabilidade desde 2018 até 2022 e só chegamos a uma conclusão e esta a mim é que me preocupa, é que chegamos à conclusão, passados quatro anos, que a ponte vai ter de estar interdita a veículos de peso superior a 30 toneladas e chegamos à conclusão também, nós sabemos e o PCP sabe muito bem qual é o estado de sobrevivência do nosso país, ou seja, nós chegamos de tal maneira à dependência, aliás, hoje com a guerra a Europa ficou a saber que era dependente de muitas coisas, do trigo da Ucrânia e de muitas mais coisas, e nós, no nosso país estamos completamente dependentes daquilo que são os fundos comunitários, ou seja, aquilo que a Europa nos quer dar. Pagam-nos para não produzir, pagam-nos para fazer muitas coisas e depois ainda temos de estar à espera de fundos comunitários para resolver problemas internos do nosso país e da nossa região concretamente.

O que eu queria saber da Senhora Presidente de uma forma clara e objetiva é, que diligências é que está a tomar a Câmara Municipal em relação à propriedade da ponte Eng.º Machado Vaz? E depois é grave, é que lançam-se para aqui valores, chegou-se a um orçamento de um milhão e duzentos mil euros, para aquilo que vai ser a intervenção na ponte Eng.º Machado Vaz e ainda estão uma “porrada” de estudos complementares para se fazerem, ou seja, nós não sabemos concretamente que intervenção é que vai ser feita, se vai ser preciso meter aço, se vai ser preciso meter betão armado, o que é facto é que vamos ficar com uma ponte limitada aquilo que é a sua função principal, que é a facilidade da passagem de uma margem para a outra, não sei durante quanto tempo e quem é que a vai pagar e entretanto o que vai acontecendo, é que a ponte vai-se degradando mais e chegamos à conclusão de que estamos dependentes, para perceber ainda hoje no século XXI, em 2022, se a ponte é do Município de Mirandela ou se é do Governo. Uma coisa é certa, ela é portuguesa e é nossa, agora, quem vai pagar é que ainda não sabemos e este é que vai ser o “combate” político que vamos ter no futuro, que devia ser exatamente o contrário, devia ser o “combate” para resolver o problema o mais urgentemente possível.

E depois também chegamos à conclusão da ponte Românica, temos outro problema e temos outro problema na ponte Açude e o importante era nós percebermos aqui qual vai ser a posição e a atitude, porque a responsabilidade obviamente é deste Executivo, não “branqueando” as irresponsabilidades absurdas e completamente estapafúrdias que foram os Executivos do PSD, com essa responsabilidade que deviam ter tido.

----- O Senhor Deputado Municipal RUI PACHECO (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Eu confesso que não vinha preparado para falar sobre este assunto, porque partia de um princípio de que íamos todos ter o comportamento que tivemos em Comissão Permanente e que quando aprovamos esta Sessão Extraordinária foi com a justificação de uma clarificação e de uma informação a todos os Senhores Deputados, uma dinâmica de resolução de problemas e de união para a resolução do problema e dos problemas que vão surgir, com estes problemas que as pontes efetivamente têm.

Eu não vou falar da questão técnica, porque não tenho conhecimentos nem pretensão a tê-los, acredito que o trabalho esteja a ser bem feito, aliás, muitíssimo bem feito e sabíamos perfeitamente que quando nos foi apresentado o estudo em Comissão Permanente, todas as consequências e tudo o que daí advém, sabíamos perfeitamente que os estudos acessórios a este estudo de avaliação, que permitirão saber quais é que são de facto as intervenções que as pontes vão necessitar, não estariam prontos hoje. Portanto, vimos hoje aqui dizer que vamos sair daqui como saímos da Comissão Permanente, lamento, mas não é sério. É lógico que isso ia acontecer e sabíamos à partida que isso iria acontecer, até porque esses estudos estão e foi falado pelo Engenheiro Rui Fernandes, estão previstos mas têm uma série de especificidades e de prazos a cumprir, que nunca poderiam estar cumpridos hoje e logicamente que, numa altura em que temos um Governo recém eleito e ainda mais recentemente empossado, seria completamente impossível termos algum tipo de evolução sobre uma responsabilidade da ponte, que vem a ser trabalhada há não sei quantos anos.

Vimos para aqui depois, falar nisso hoje, lamento, mas vai além de tudo que eu compreendo e de tudo aquilo que foi de boa-fé acordado em Comissão Permanente e eu isso lamento, não podia deixá-lo passar.

Eu fico confundido quando se acorda uma coisa e de boa-fé e a seguir tenta-se fazer outra. Ainda neste seguimento, trazermos para aqui, como se fosse minimamente comparável a Estação de Caminho-de-ferro?! Em 2017, durante a campanha eleitoral foi apresentado um projeto pelo candidato do PSD à altura, de requalificação de toda a envolvente e do edifício da Estação, falar nisso quando depois não havia nenhum protocolo, nenhum protocolo de cedência, nenhum contrato de promessa de compra e venda, nada. Foi apresentado com grande pompa e circunstância, como uma promessa eleitoral, *A posteriori* quando entra este Executivo, o Executivo anterior chega e não há rigorosamente nada onde sustentar esse contrato. Foi feito um contrato de comodato, pelo

AA
AB
7/12

Executivo anterior, de cedência por 50 anos, ou seja, durante 50 anos o edifício da Estação é do Município. Vimos dizer hoje aqui, para confundir ainda mais, que a estação é uma situação semelhante, lamento, não é correto.

----- O Senhor Deputado Municipal *VIRGÍLIO TAVARES* (CDS/PP) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu tenho que intervir, porque eu não concordo, aliás, eu estranhei na Comissão permanente efetivamente o Senhor Deputado *Paulo Pinto* não concordar muito com esta Sessão, estranhei, também não tive conversa com ele sobre o assunto, estranhei e está visto agora aquilo que ele disse aqui. Eu não concordo, não posso concordar, discordo, mas respeito a sua opinião, porque se ele não está esclarecido, eu estou mais esclarecido, muito mais e muito mais porque em primeiro lugar, nós na Comissão Permanente só tivemos conhecimento do relatório da ponte Eng.º Machado Vaz, agora temos conhecimento do relatório também da ponte Açude, que é muito importante, daquilo que já foi feito e daquilo que é preciso fazer e temos conhecimento também do relatório da ponte Românica, acho que só por isso já é importante, mas é mais importante pensarmos, não em questões políticas, na minha ótica e falo à vontade como sabem, não sou filiado em nenhum Partido, não tenho nenhum Partido com a “mão” a puxar-me para que lado for, eu falo à vontade.

Estranho que o Senhor Deputado *Paulo Pinto* fique chocado com o facto de não termos os dois Secretários de Estado que devíamos ter e eu também lamento isso, mas que fique chocado e não realce por exemplo, que temos dois Vice-Presidentes na Assembleia da República que são transmontanos, isso também é importante, se por um lado perdemos, por outro também ganhamos alguma coisa e vamos ver o desenrolar dos acontecimentos e cá estamos para apreciar o que vai ser feito ou não a favor da nossa região. Porque realmente a nossa região não é, muitas vezes bem acolhida pelos governos, nem bem tratada e neste caso, é uma perda, concordo, devíamos ter, o eleitorado foi defraudado, muita gente votou certamente no Partido Socialista aqui no distrito de Bragança, contando que efetivamente continuasse no Governo o Dr. *Sobrinho Teixeira* e não está, mas isso é uma questão, que eu acho, que não deve ser chamada para aqui, porque estamos a falar da ponte Eng.º Machado Vaz, eu só falei agora nisto, precisamente como resposta ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*.

Para terminar e em relação ao Senhor Deputado *Paulo Pinto*, eu queria aqui desafiar-lo, ele diz que está pouco esclarecido, que vai mais confuso, então Senhor Deputado, a Sessão Extraordinária ainda não acabou, faça as perguntas que entender, quer ao Senhor Engenheiro *Rui Fernandes*, Técnico desta autarquia, quer à Senhora Presidente, líder do Executivo, quer a outros elementos que entenda e saia daqui mais esclarecido. Agora, eu acho que, uma coisa é nós, sete ou oito elementos da Comissão Permanente termos conhecimento, outra coisa é terem os 61 Deputados Municipais desta Assembleia Municipal, são duas coisas completamente diferentes, porque os meus camaradas de Bancada podem ter alguma ideia daquilo que eu transmiti, mas hoje de certeza que ficaram muito mais esclarecidos do que aquilo que eu transmiti. Acho que tem aqui a oportunidade de pedir esclarecimentos, que a Sessão ainda não acabou, acho que não deve sair daqui pouco esclarecido.

Eu queria ainda acentuar esta questão, continuamos, na minha opinião, errados, a preocuparmo-nos mais com a questão económica, saber de quem é a ponte, deixemos isso, com certeza que a Câmara Municipal deverá tratar disso, saber de quem é e tem no protocolo elementos, juntamente com os Juristas, para defender o protocolo, se foram prometidos 75 mil contos, então que venha esse dinheiro, já ajuda para o arranjo da ponte e há outras questões turísticas, mas continuamos preocupados com isso e não estamos preocupados com o cerne da questão, ou seja, com a segurança das pessoas, de todos nós, das pessoas que passam lá, dos veículos, tudo isso. Isso é que é importante e eu desafiava aqui a Senhora Presidente, no sentido de colaborar para que nós todos, incluindo o Senhor Deputado *Paulo Pinto*, sairmos daqui efetivamente mais esclarecidos, que não saíssemos daqui sem a Senhora Presidente dar uma síntese do que é que já foi feito e do que é que vai ser feito imediatamente a seguir, se está no plano do Executivo ser célere nesta questão, porque efetivamente nós não podemos estar à espera que venha uma intempérie como aconteceu na dita ponte que matou várias pessoas, porque a ponte não foi arranjada a tempo. Temos que efetivamente tratar de sarar, como qualquer médico, aqui são os técnicos neste caso, a ponte para que nós andemos em segurança.

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Aquilo que foi dito na Comissão Permanente, eu transmito à minha Bancada nas reuniões que temos, quando é constituída uma Assembleia Extraordinária, é porque há informação extraordinária do que aquela que nós já temos na Comissão Permanente, sob pena de andarmos aqui depois, a eu saber na Comissão Permanente, mas é preciso fazer depois uma Assembleia Extraordinária para explicar aos restantes membros da Assembleia Municipal. Há ou não há um vínculo de comunicação? Se é uma Assembleia Extraordinária é porque aquele *dossier* que estava a ser elaborado e muito bem elaborado, hoje teria informação extraordinária, sob pena de andarmos a brincar às Assembleias Municipais e tanto quanto sei elas não são tão baratas quanto isso.

Se era para explicar somente... a Senhora Presidente da Câmara está a dizer: “É verdade”, isto não é ser mais sério ou menos sério, é ter mais informação do que aquela que nós já dispúnhamos na Comissão Permanente realizada há um mês e nós não temos, porque uma Assembleia Extraordinária é uma coisa muito séria e que fica muito cara ao erário público, eu estou a ser sério, porque eu queria hoje aqui, a bem dos serviços da Câmara Municipal, a bem das obras públicas em Mirandela, a bem da segurança pública dos mirandenses e de todos os que passam naquela ponte, hoje ter um relatório o mais conclusivo possível, pelo menos mais informação do que naquela reunião que nós tivemos da Comissão Permanente.

Eu estou a ser sério, não vamos é andar a brincar às assembleias, que este mês vamos ter três. Espero que me entendam, porque eu hoje estava à procura, pensei eu, que íamos ter informações mais conclusivas, não vão descobrir ainda uma uso capião.

----- O Senhor Presidente da Assembleia Municipal *FRANCISCO ESTEVES* disse:

Com o devido respeito Senhor Deputado *Paulo Pinto*, a Comissão Permanente tem o seu lugar no Regimento e no funcionamento e nas competências da Assembleia Municipal e tomou uma decisão, eu julgo que o Senhor Deputado *Virgílio Tavares* já respondeu adequadamente àquilo que foi o propósito da realização desta Assembleia Extraordinária, não é muito tolerável que faça disto um aproveitamento político da circunstância, tanto mais que, não é possível nós tomarmos decisões em Comissão Permanente e depois

unilateralmente cada um dos Membros da Comissão Permanente vir para aqui dirimir argumentos, que em sede própria o deveria ter feito com o devido sentido de responsabilidade e sentido democrático.

Convivo muito bem com a diferença e o Senhor Deputado sabe muito bem disso, mas há situações que são pouco aceitáveis no funcionamento democrático de uma instituição como a Assembleia Municipal. Tanto mais que isto foi amplamente discutido em sede própria.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Relativamente a esta questão da Assembleia Municipal Extraordinária, a verdade é que, a Assembleia Municipal tem a sua autonomia como está vertido na lei, existe uma articulação normal entre os dois Órgãos, Mesa da Assembleia Municipal e Executivo da Câmara Municipal relativamente a esta questão e quando nós, Executivo soubemos desta questão da ponte, levamos isso a conhecimento na Reunião de Câmara e também promovemos a apresentação técnica à Comissão Permanente, no sentido de alargar o conhecimento técnico, apesar de grande parte de nós não ser desta área, alargamos este conhecimento a todas as Bancadas Municipais e envolvê-los a todos.

São assuntos sérios, que tiveram pouco desenvolvimento desde a data que foi feita a última Comissão Permanente até hoje, isso é verdade e portanto, este assunto poderia ter sido incluído na Assembleia Ordinária de 29 de abril, não tendo sido essa a decisão isso não é discutível nesta sede e porque é que isto não foi levado pelo Executivo na última Sessão da Assembleia Municipal de abril? Porque de facto não havia ainda decisão sobre alguns temas fundamentais, e não são só as questões financeiras, mas é preciso que fique claro que as questões financeiras são importantes e transversais a toda a execução de obra, não se pode fazer obra se não houver cabimento e se não houver orçamento para a executar. A questão não é da propriedade, tudo o que existe na nossa terra é nosso, a ponte é nossa, a questão é saber de quem é a responsabilidade da execução da obra.

Em relação à Estação de Caminhos-de-Ferro, que fique claro que a Estação de Caminho-de-Ferro é património da Infraestruturas de Portugal e havia um conflito interno entre a Infraestruturas de Portugal e a CP relativamente à propriedade da própria Estação e dos terrenos envolventes. Este contrato de comodato para além da Estação de Caminho-de-Ferro, resolvemos um problema já com décadas, da localização da Central de Camionagem, que o terreno ainda estava da responsabilidade de IP/CP.

O contrato de comodato que nós fizemos por 50 anos, acaba por ser uma solução vantajosa para a Câmara Municipal e para os municípios porque a Estação é nossa e ninguém a vai tirar daqui, como é óbvio, ainda por cima o contrato é prorrogável.

Neste momento obviamente que, quer a ponte Românica, deveria ser competência da execução da obra do Ministério da Cultura, por ser um monumento classificado e a ponte Eng.º Machado Vaz deveria ser uma responsabilidade da Infraestruturas de Portugal, ela é nossa, mas a execução deve pertencer ao Governo Central e às estruturas que dependem do Governo Central e por isso, a discussão neste momento, não é só a questão financeira, é a questão da responsabilidade da execução, porque se de facto houver um acordo e um entendimento, de que somos nós, Câmara, a responsável pela execução da obra, é preciso que haja transferência de verbas, porque sem a transferência de verbas não podemos fazer a obra, ou então temos de criar endividamento, fazendo um empréstimo, porque neste momento é possível até candidatar-mo-nos ao Banco Europeu do Investimento alguns investimentos para podermos fazer face a dificuldades de tesouraria e sem essa salvaguarda não é possível.

Estes dados conclusivos que sejam claros, porque o Senhor Deputado *Paulo Pinto* referiu isso, são sempre dependentes daquilo que é o estudo técnico e daquilo que é a devida cabimentação.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado *José Trovisco*, são algumas questões técnicas que, julgo que serão respondidas posteriormente pelo Serviço de Obras Municipais e Urbanismo.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizer-se que relativamente ao protocolo de desclassificação da ponte, existe essa dúvida relativamente àquilo que foi a transferência de verba à data em 1995 e aquilo que aconteceu efetivamente. É importante dizer-se que o relatório que foi apresentado das 21 pontes, inclui muitas pontes das nossas Freguesias: Vila Boa, Vale de Madeiro, Vilar de Ledra, Carvalhais, Vale de Lobo, Vila verdinho, Vale de Couço, ponte Açude, ponte Românica, ponte Eng.º Machado Vaz, ponte na av. da Galiza, Couços, Vale de Prados, Vilares, Vale de Couce, Frechas, túnel em Mirandela, Miradeses e a ponte do Moleiro em Mosteiró e São Pedro Velho. Há muitas mais pontes que estão incluídas neste relatório.

Este foi o primeiro relatório que a data de inspeção foi em maio de 2019 e nós concentramo-nos naquelas que tinham mais premência de intervenção e é nessas que nós estamos a focar o nosso trabalho, como é óbvio e é natural quando há a classificação das pontes e nos dão um prazo para a execução daquela obra.

Relativamente à questão do Senhor Deputado *Rui Pacheco*, a apresentação na Comissão Permanente foi feita com o objetivo de informar, haveria a possibilidade de trazermos mais informação sobre o que é que de facto chegou a acontecer relativamente à responsabilidade.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, deixe-me dizer-lhe que relativamente ao comentário político que foi feito relativamente aos Senhores Secretários de Estado, julgo que todos votamos para que o Professor *Sobrinho Teixeira* fosse Deputado em representação do nosso distrito e por isso não me sinto nada defraudada por ele não ser Secretário de Estado, antes pelo contrário, existe da nossa parte um apoio à questão de ele ser Deputado e foi isso que nós votamos. Nós não votamos em Secretários de Estado a verdade é esta, os Secretários de Estado são designados pelo Governo. Este é um esclarecimento que gostava efetivamente da minha parte em relação à questão que colocou.

Relativamente à informação, a informação é sempre boa, é sempre útil, é sempre transparente, mas julgo que poderia haver outra oportunidade em que houvesse mais elementos e por isso agradecer a participação de todos e as questões que foram colocadas e estamos disponíveis para mais eventuais questões.

----- A Senhora Secretária da Assembleia Municipal *LUÍSA BELCHIOR* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

A Mesa depois de ponderar a intervenção do Senhor Deputado *Paulo Pinto* não pode deixar de informar o seguinte, aliás, como poderão comprovar todos os elementos que têm assento na própria Comissão Permanente.

O Ponto que estivemos a debater foi um pedido do Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, cujo motivo que levou a este pedido era que, todos os Senhores Deputados Municipais que integram e que estão eleitos na Assembleia Municipal tomassem conhecimento *in loco* e em simultâneo deste tema, por se considerar um tema de extrema importância.

Também é um facto de que o Senhor Engenheiro *Rui Fernandes* já tinha estado presente numa das reuniões da Comissão Permanente, onde a Mesa também teve o cuidado de informar, logo que tomou conhecimento do assunto, os representantes das Bancadas, para que fizessem chegar também eles próprios a informação aos seus Grupos Municipais.

Mais tarde, seguindo a proposta colocada pelo Senhor Deputado *Virgílio Tavares*, sugeriu-se que devia ser um tema, uma vez que não foi debatido ou que não houve a possibilidade de o integrar na Ordem de Trabalhos da última Sessão da Assembleia Municipal, que se justificava bastante que todos tomassem conhecimento na mesma altura.

Ora, Senhor Deputado *Paulo Pinto*, o Senhor sabe perfeitamente que esse foi o motivo e a Mesa, equilibrada como sempre foi, entendeu que se justificava também que todos nós recebêssemos esta informação tão importante, se há tema que merece a nossa atenção, este é um deles. E foi esse o real motivo que esteve na base da realização desta Sessão Extraordinária, que foi amplamente debatido e que foi também amplamente votado favoravelmente.

Parece-nos bastante injusto, essencialmente injusto da parte do Senhor Deputado *Paulo Pinto*, fazer um aproveitamento político, repito as palavras do senhor Presidente, desta maneira.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, a explicação que deu, obviamente que eu não quero por o “carro à frente dos bois”, mas esta Assembleia Extraordinária é exatamente para nós percebermos e quantificarmos aquilo que esta obra vai implicar, na resolução de um problema gravíssimo. Estamos a falar de segurança, segurança pública, a classificação que esta obra tem em termos de grau é de 4, estamos a falar da ponte Eng.º Machado Vaz e aquilo que eu lhe perguntei foi, que diligências é que este Executivo tomou, ou está a tomar?

É importante nós percebermos isto porque, este processo do concurso para fazermos a avaliação do estado da ponte começou em 2018 e estamos em 2022, o que diz o relatório é que temos um prazo de três anos para executar a obra de reestruturação da ponte Eng.º Machado Vaz e aquilo que o PCP quer é, o compromisso de que este Executivo vai ter com esta Assembleia Municipal, neste caso com o Partido Comunista Português é: Quais são as diligências que este Executivo está a tomar? Qual é o prazo, independentemente da ponte ser da IP ou ser da Câmara Municipal, do que é que nós vamos estar à espera da negociação deste protocolo, quando nós sabemos que a intervenção nesta ponte tem um prazo de três anos, ou seja, temos três anos para fazer uma intervenção na ponte e eu quero saber e quero sair daqui com esse compromisso deste Executivo, de quando é que vai começar a obra? Fique a IP a pagar ou a Câmara Municipal a pagar, temos de sair daqui com certezas feitas e este é um compromisso que lhe pedimos, Senhora Presidente, não lhe peço mais nada, é o compromisso de saber, independentemente de saber se a obra é paga pela IP ou pela Câmara Municipal, quando é que este problema vai começar a ser tratado de uma forma séria, porque temos três anos para o resolver.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Agradeço a questão e a minha obrigação é responder ao Senhor Deputado *Jorge Humberto*, dizendo-lhe e reafirmando que nós já começamos a trabalhar e estamos a trabalhar de forma séria, neste *dossier* e em todos os outros que têm havido e por isso começar a trabalhar de forma séria, não julgue que tem sequer enquadramento nesta questão, o que tem enquadramento nesta questão é que são processos efetivamente demorados e portanto, eu não posso neste momento dizer que para a execução das obras na ponte vamos começar em abril ou maio, nós já estamos e já começamos logo que tivemos acesso, a executar as medidas de restrição de circulação na ponte a veículos de 30 toneladas.

Em relação às questões da obra em si, depende muito do montante do projeto de execução, porque não se consegue fazer nenhuma obra sem um projeto de execução e o projeto de execução é que tem determinados montantes cujo limite é fixado, pode vir a ser necessário, julgamos que não, concurso público internacional.

Nós não podemos, nenhum Executivo pode, ir além das regras da contratação pública, porque são obrigatórias e dependendo do valor que está em causa, pode ir a Visto do Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas tem alguns esclarecimentos que podem demorar dois meses, quatro meses até ser tido o Visto e por isso, todas as obras com um valor superior a 750 mil euros, têm de ter o Visto do Tribunal de Contas e portanto, como é que, em Assembleia Municipal, o Executivo pode garantir que as obras vão começar em maio, junho, outubro, ou dezembro? Nós temos efetivamente alguns problemas, não são só estes, estes são alguns daqueles que nos preocupam.

Estamos a fazer o melhor que podemos, não só nas questões das pontes, como na avaliação estrutural das pontes e o que já foi feito foi tudo aquilo que era obrigatório. Para fazer um projeto de execução é preciso haver um estudo preparatório do estado, do ponto de situação, da ponte à data, ainda por cima, quando não há muita informação sobre o que é que foi feito na altura da construção, por exemplo, da ponte Eng.º Machado Vaz e o que é que existe efetivamente. Na altura não havia registos daquilo que existe hoje. Para fazer bem é preciso investir na avaliação, é preciso investir no projeto e é preciso executar de acordo com aquilo que são os parâmetros do projeto, ou seja, não vale a pena estarmos a avançar com obras e reparem, nós também tínhamos um projeto de melhoramento estético da ponte Eng.º Machado Vaz, que estava até financiado e não avançamos precisamente para não por em causa a infraestrutura, ou seja, é preciso medir tudo aquilo que se faz nestas obras de arte, porque são obras de arte importantes e muito sensíveis sob o ponto de vista técnico.

Nós estamos a fazer tudo aquilo que está ao nosso alcance, o nosso compromisso é continuar a fazer, muito também pela avaliação que foi feita e a classificação que foi feita das pontes. É preciso que se diga, quando nós adquirimos os serviços para a realização de um inventário e inspeção principal e de rotina de obras de arte no concelho de Mirandela e tivemos uma inspeção subaquática da ponte Eng.º Machado Vaz e da ponte Açude, temos, todas elas com estado de intervenção alguns 3, outros 2, a única que tinha a

classificação 4, que é a pior é a ponte Românica, é a única que tinha classificação 4 em 5. Todas as outras, pela avaliação que nós fazemos, exigem investimento, nós até pedimos uma estimativa orçamental à data para aquelas que estavam em nível 3, a nível 4 havia aqui uma estimativa orçamental da ponte Românica de 829 mil euros à data, em relação à ponte Eng.º Machado Vaz, decidimos fazer uma avaliação estrutural mais específica, a ponte Açude com o projeto de reabilitação e reparação das comportas e sistema eletromecânico, andaria à volta dos 800 mil euros e depois outras pontes mais pequenas, que exigem obras também, na av. da Galiza, há aqui uma estimativa orçamental de 125 mil euros, na ponte nos Couços 34 mil euros, ou seja, todas elas apesar de serem classificadas com nível 3, já temos uma perspetiva da estimativa orçamental, mas focamo-nos principalmente naquelas que tinham nível 4 e que ofereciam mais dificuldades.

Chegamos à conclusão, depois destes estudos que fizemos da ponte Eng.º Machado Vaz, que ela tinha sido classificada como nível 3 e deveria ter sido classificada como nível 4 à data, depois da avaliação estrutural e é aquela que mais nos preocupa, porque é aquela que terá efetivamente mais dificuldades. Só que isto é como a saúde e há pouco alguém falou na questão da saúde, quando não há diagnósticos não há tratamentos e portanto, não havendo uma avaliação estrutural do ponto de situação de todas as pontes do concelho, não estaríamos aqui a debater isto, porque ninguém sabia o que estava a acontecer. O que é certo é que, ao contrário, provavelmente, daquilo que foi feito nos anos anteriores, no anterior mandato nós fizemos e estão aqui as provas que fizemos e vamos continuar a fazer, porque de facto, nós somos banhados pelo Tuela, o Rabaçal e o Tua e temos muitas pontes em todo o concelho. É certo que a nível de trânsito aquela que mais impacto tem é a ponte Eng.º Machado Vaz, mas temos outras vias de circulação nas nossas Freguesias que são igualmente importantes. Não merecem agora uma avaliação porque não estão em estado tão degradado quanto esta.

2.2 - Informação referente ao procedimento concursal aberto pelo Aviso n.º 17548/2009.

----- O Senhor Deputado Municipal *AGOSTINHO BEÇA* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhora Presidente, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social e Público presente.

Por força das minhas funções profissionais, todos os dias me cruzo com colegas envolvidos neste processo. Por isso, venho invocar o Regimento, artigo 64.º, para formular o pedido de dispensa de intervir neste ponto, com os fundamentos e nos termos previstos no Código do Procedimento Administrativo, artigo 69.º e seguintes.

----- O Senhor Secretário da Assembleia Municipal *JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Muito bem, acolhida a justificação por parte do Senhor Deputado Agostinho Beça, pelo que a Mesa concede o uso dessa prerrogativa estabelecida no Código do Procedimento Administrativo.

----- O Senhor Deputado Municipal *JORGE HUMBERTO* (CDU) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Senhora Presidente, estamos a falar de um processo que teve o início em 2012 e obviamente que não posso deixar de fazer uma intervenção sobre isto, não pela questão das indicações que apresentou o Senhor Deputado *Agostinho Beça*, mas para percebermos exatamente como é que se chegou a este ponto e mais grave, é que eu não pude deixar de fazer uma pequena observação àquilo que foi a Reunião de Câmara.

Obviamente que não vou falar do concurso, porque toda a gente sabe o que é que se passou com este concurso, sabemos que este concurso foi feito de uma forma leviana, aliás, como é apanágio daquilo que vamos descobrindo ao longo deste mandato, aquilo que foi feito pelo PSD quando foi Executivo desta Câmara Municipal, ou seja, foram coisas gravíssimas e não vou dizer que é a “cereja no topo do bolo”, porque ainda não sabemos o que para aí vem mais, mas o que é facto é que isto é grave e não é grave pela questão de 22 técnicos superiores terem feito um concurso e integrarem os quadros da Câmara Municipal e obviamente depois esse concurso ser anulado e estes 22 técnicos ficarem numa situação complicada, não invalidando que se vai repor a verdade daquilo que devia ter sido posto há 12 anos atrás.

O que é facto é que, analisando o processo dá para ver aqui duas coisas e há aqui uma coisa que o Supremo Tribunal Administrativo diz e que me deixa perplexo, obviamente que isto não está de forma enquadrada, mas deixa-me perplexo aqui numa forma e eu passo a citar: “...Se o réu, Município, não contestou em tempo, não foi, portanto, por falta de notificação da citação edital dos Contrainteressados; foi por não ter contestado no prazo que lhe foi fixado na sua citação, nem no prazo mais longo concedido aos demais demandados...”. Depreende-se daqui que, este processo que se arrasta desde 2012, numa primeira fase não foi contestado pelo Município, foi só depois muito mais tarde, já com este Executivo em funções é que foram feitas as contestações que deviam ter sido feitas e obviamente que, a verdade tinha de ser reposta, independentemente das contestações que se fizeram, não podia deixar de se concluir que a verdade faz parte daquilo que é a essência da democracia e a resposta tinha de ser esta. Abriu-se novo concurso para que os testes e os exames a estes técnicos fossem feitos.

Aqui há uma parte que me deixa perplexo, tem a ver exatamente com a posição dos elementos que compõem o Executivo da Câmara Municipal e concretamente aos Senhores Vereadores sem Pelouro que, na Reunião de Câmara do dia 13 de janeiro de 2022 e eu passo a citar, na página 16, diz o Senhor Vereador *Duarte Travanca*, quando lhe é proposto, na Câmara Municipal, pelo Executivo, o pagamento dos salários a estes técnicos, visto que na parte concursal aquilo que diz o Tribunal é que eles tinham de cessar funções e na palavra do Senhor Vereador *Duarte Travanca* e do Senhor Vereador *Francisco Clemente*, que tem a ver com duas coisas importantes e que não podemos deixar passar em claro, é completamente a desresponsabilização do ato, ou seja, eu vou passar a citar o que diz o senhor Vereador *Duarte Travanca*: “...Vou eu vender a minha casa para depois ser corresponsabilizado no pagamento dos salários? Na altura que abriu o concurso, se me perguntassem a opinião, eu dir-lhes-ia logo, que é o que nós fazemos lá no meu trabalho, quando há concursos por temas, por áreas, Informática, Economia, Direito, as provas específicas é ponto assente que têm de ser feitas. A questão que se põe aqui é: na altura, houve pessoas que assinaram isso, houve pessoas que

fizeram isso, essas pessoas, qual é a responsabilidade? Alguém sabe se essas pessoas depois serão responsabilizadas também? Se calhar, esses é que deviam ser responsabilizados, não nós...”.

Nós assumimos um cargo público, somos eleitos, neste caso concorreram para serem Presidentes de Câmara, o PSD nas duas pessoas de quem eu aqui citei e que tem a ver exatamente com isto, ou seja, se tivesse ganho o PSD, isto tem de ficar claro, estes 22 técnicos, assim que saiu o documento do Tribunal iam para o “olho da rua” e não recebiam salário, ou então o que ainda é mais grave, diz o Senhor Vereador *Duarte Travanca* que, o que devia acontecer era que, independentemente do Município propor que eles ficassem a trabalhar, deviam assinar uma carta de compromisso, vejam bem até onde é que isto chega, uma carta de compromisso, eles continuavam a trabalhar para além da ordem do Tribunal, da cessão de funções, mas continuavam a trabalhar até agora e se por alguma razão e motivo fosse posta em causa a ilegalidade do pagamento dos seus salários, eles no fim tinham de repor os salários que receberam.

Conclusão, o que fica claro é que, estes trabalhadores, estes 22 técnicos iriam trabalhar desde novembro, quando saiu a Resolução do Tribunal, até aos dias de hoje iam trabalhar, mas se isto por acaso corresse mal, ou se fosse feito indevido o pagamento, eles tinham de repor os salários que receberam, portanto, andaram a trabalhar de “borla” para a Câmara Municipal. Isto é qualquer coisa que não cabe na cabeça de quem mais percebe disto e aquilo que eu deixava aqui claro é que, durante esta Reunião de Câmara que houve no dia 13 de janeiro, na página 14 diz o seguinte: A Senhora Presidente depois de questionada pelo Senhor Vereador *Francisco Clemente* e pelo Senhor Vereador *Duarte Travanca*, é perguntado à Senhora Presidente de que forma irá ser feito este concurso? A Senhora Presidente explica, mas há aqui uma coisa que deixa claro o que diz a Senhora Presidente e é isso que eu quero frisar e acho que é esse o compromisso que tem de ficar aqui claro, diz a Senhora Presidente: “Até à realização dos concursos não. Até podem ser sempre.”, ou seja, o Senhor Vereador *Francisco Clemente* perguntou se este contrato que estavam a assinar era por tempo indeterminado, ou por tempo determinado e a senhora Presidente diz que não, o contrato que foi assinado a *posteriori*, com estes 22 técnicos, independentemente do resultado concursal, é que eles podem ficar na Câmara Municipal porque o contrato é feito por tempo indeterminado.

O que eu queria perceber é, independentemente do resultado que venham a ter estes 22 técnicos, que sejam depois admitidos na prova com aprovação, se vão continuar ao serviço da Câmara Municipal?

----- O Senhor Deputado Municipal *RUI PACHECO* (PS) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

“Este é um ponto em que a Bancada do Partido Socialista tem alguma dificuldade em se pronunciar, especialmente neste momento. Tive oportunidade de demonstrar pessoalmente esse sentimento em sede de Comissão Permanente quando a mesma foi proposta.

Temos muitas dúvidas do que possa ser feito, do ponto de vista político, neste caso que é eminentemente do foro judicial, e qual poderá ser o contributo POSITIVO deste debate.

Algum tipo de “garantia” de admissão para os trabalhadores atualmente com vínculo laboral e que, no final do processo, sejam excluídos parece-nos completamente irreal e uma qualquer obrigação em admitir os mesmos nos seus quadros por já terem o referido vínculo altamente irregular ou mesmo ilegal.

Se assim fosse - o que julgamos impossível em termos jurídicos e legais - então já nem seria necessária a prova prevista e estaríamos perante a situação absurda e paradoxal das decisões dum Assembleia Municipal se sobreponem às decisões dum Supremo Tribunal...!!!

Além do mais, tendo o recurso sido julgado *improcedente*, considerando *inexistir fundamentos de facto e de direito que permitam nova decisão acerca da querela judicial*, não se alcança como pode haver - ao que parece - a intenção de subverter o princípio da separação de poderes.

Com efeito, se bem que os três diferentes tipos de poderes, pilares de uma democracia moderna como defendeu *Montesquieu* - Legislativo, Executivo e Judicial - se devam fiscalizar entre si, nunca a independência de cada um deles poderá ser posta em causa, desde logo para evitar a autocracia, o compadrio e o favorecimento pessoal, como aparenta ter sido a prática naquele tempo passado e neste processo que, como veio a ser apurado inequivocamente, se encontra ferido de nulidade.

Perante estes factos resta-nos lamentar a demora da justiça em repor a legalidade de um ato ocorrido em 2009, desejar a melhor sorte a todos os envolvidos na prova que decorrerá no próximo dia 6 de abril e fazer um alerta de reforço positivo para que situações deste calibre não ocorram novamente.”

----- O Senhor Deputado Municipal *PAULO PINTO* (PSD) disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O caso é mesmo complexo, porque de facto o que aconteceu neste concurso e volvidos 10, 12 anos em que estes trabalhadores da Câmara Municipal de Mirandela viram as suas vidas suspensas, sob pena de as suas vidas voltarem à estaca zero e em condições ainda muito piores, é de facto um caso muito complexo. Pelo que começo por agradecer à Senhora Presidente da Câmara todo o esforço que tem empregado neste processo desde a primeira hora, colocando-se ao lado dos interesses dos funcionários da Câmara Municipal de Mirandela, os visados, aqueles que podem vir a perder o emprego, dando-lhes apoio social, familiar e sempre também com uma palavra amiga, que o tem feito de forma muito expressa.

Eu não vou dizer muito, porque sob pena de acertar muito, errar por muito, quando os visados estão em silêncio absoluto, quer os do anterior Executivo que nada disseram, quer os trabalhadores que agora estão sujeitos a um novo exame, porque também nada dizem e não me disseram nada para eu, por ventura, intervir aqui nesta situação, apenas dizer-lhes que passados 10 anos estão muito mais preparados para poderem responder a um concurso para o qual estudaram, têm habilitações académicas e têm uma experiência que não se compra, conquista-se todos os dias com trabalho e com rigor ao serviço dos mirandelenses.

A única coisa que eu vou dizer, é aquilo que disse o Advogado contratado pela Câmara Municipal de Mirandela, *Paulo Veiga e Moura*, em que disse que é inadmissível o Tribunal demorar 10 anos para mandar repetir um concurso.

Esta é que é a grande responsabilidade do poder político face ao poder dos tribunais, temos de ser nós, o deliberativo, certamente o poder governamental resolver a morosidade dos nossos tribunais, que depois nos coloca a todos nesta situação.

AA
AB
7/12

O Advogado disse, teceu duras críticas ao Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, pela morosidade da decisão de primeira instância, de anular um concurso. Em nenhum país democrático, ou em nenhum país decente, uma justiça pode demorar 10 anos a decidir um processo, porque pode paralisar a vida das pessoas durante todo este tempo. É o país que temos, mas isto é perfeitamente inadmissível e só pode ser o poder político a resolver este tipo de morosidade, sob pena de a democracia ficar hipotecada, pelo que ela tem de ser conquistada todos os dias.

Senhora Presidente só uma questão, há pouco falou-se nos visados, nos prejuízos, naqueles que prevaricaram aos olhos do Tribunal, então um Júri que fez o concurso que fez é o mesmo neste concurso? E depois é o Júri que manda no concurso, mas depois é contratada uma empresa externa para garantir a imparcialidade e toda a legalidade de todo este processo? É assim obrigado? É a lei? Ou sob pena daqueles que prevaricaram voltam a estar no mesmo processo? E sob pena de serem lançadas as mesmas dúvidas.

----- A Senhora Presidente *JÚLIA RODRIGUES* disse:

Senhor Presidente, Senhores Deputados.

O processo judicial, designado de Ação Administrativa Especial, remonta ao ano de 2012, que correu termos, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela, instaurado pelo Ministério Público, em que se peticiona a Declaração de Nulidade do Procedimento Concursal ocorrido no ano de 2009, para a entrada de Técnicos Superiores, no preenchimento de 28 vagas, em diversas áreas laborais.

Fundamentou o Ministério Público a sua pretensão no facto de não ter sido previamente definida a matéria sobre a qual os candidatos iriam ser avaliados na prova de conhecimentos, desconhecendo-se o objeto da avaliação, violando assim o Direito de Acesso à Função Pública, pois o aviso limita-se a transcrever o n.º 1 do art.º 9 da Portaria 83-A/2009, sem caracterizar se vão ser avaliados os conhecimentos académicos e ou profissionais e as competências técnicas dos candidatos necessárias ao exercício de determinada função.

Mais invocou o Ministério Público que a prova de conhecimentos não avaliava as competências técnicas necessárias ao exercício da específica função, pois não verifica se os candidatos reúnem as qualidades necessárias ao concreto cargo a que se candidatam, porquanto foi utilizada a mesma prova para todos os lugares a ocupar e remetendo a avaliação para o conhecimento de seis diplomas legais da área do direito administrativo autárquico, não ajustando as perguntas à concreta área funcional a ocupar.

Entendeu o Ministério Público que os trâmites observados no referido procedimento concursal representam um ato estranho às atribuições autárquicas, ferido de nulidade, porquanto o referido procedimento concursal foi destinado a integrar os contratados a termo no quadro de pessoal do Município.

Alicerça o Ministério Público a sua posição no facto de terem sido aprovados o número de candidatos igual ao número de lugares a preencher, bem como, terem sido apenas aprovados os candidatos que já tinham a relação laboral/funcional com o município.

Mais entendeu o Ministério Público ser injustificavelmente inconcebível que quanto aos candidatos excluídos nada conste quanto à nota atribuída.

Citados para contestar a referida ação administrativa, a entidade Município de Mirandela, bem como os contrainteressados, não contestaram a referida ação intentada pelo Ministério Público.

Em sede e isto para responder a uma questão do Senhor Deputado *Jorge Humberto*, de alegações, o Município de Mirandela apresentou requerimento, arguindo a nulidade processual, bem como invocou a caducidade do direito de ação.

O Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela julgou a referida ação intentada pelo Ministério Público, tendo proferido decisão a 22-05-2020, julgando parcialmente procedente a ação intentada, anulando o despacho de 07-10-2009 do Vereador da Câmara Municipal de Mirandela à data, que fixou as temáticas da prova de conhecimento.

Posteriormente, já em sede de recurso para o Tribunal Central Administrativo do Norte, veio o Município recorrer do Despacho do Tribunal Administrativo e Fiscal de Mirandela de 01-10-2019, que julgou improcedente a arguição de nulidade processual alegada pelo Município de Mirandela, bem como recorrer da sentença emanada a 22-05-2020, recurso que veio a ser julgado improcedente por decisão de 18-06-2021.

Do Acórdão do Tribunal Central Administrativo do Norte apresentou o Município recurso de revista, para o Supremo Tribunal de Administrativo.

O Tribunal de Recurso, ou seja, o Supremo Tribunal Administrativo, não admitiu o recurso de revista apresentado, considerando inexistir fundamento de facto e de direito que permitam nova decisão acerca da querela judicial.

A situação é muito grave, já decorreram alguns anos e fomos julgados e neste momento, pese embora a prova tivesse sido para 28 vagas, só 22 vagas, temos 22 trabalhadores no Município que neste momento estão a preparar-se para a prova de conhecimentos que vai decorrer na próxima quarta-feira dia 06 de abril.

Esta discussão na Assembleia Municipal traz informação, não muito mais daquilo que tem sido veiculado e que é do conhecimento de todos os trabalhadores e, por isso, pode ser também um foco de instabilidade e, perdoem-me ser tão sincera, achei mesmo que era um momento difícil para todos, para os nossos colegas da Câmara Municipal, mas também para todos aqueles que à data, sentiram ter sido prejudicados e que vão fazer a prova. Lamento que tenhamos chegado a este ponto e sei que não era uma questão que fosse para ser debatida aqui.

Em relação à morosidade da justiça, é uma realidade, neste e noutros casos. Relativamente ao Júri, tivemos que manter o mesmo Júri à data da prova, ou seja, as condições em que foi feita a prova têm de ser uma réplica o mais possível à data, a única coisa que vai ser alterada é a prova e a correção da prova. A prova vai ser cega, ou seja, quem está a corrigir não sabe quem são os destinatários da prova e para garantir e porque nós internamente não tínhamos condições nenhuma de fazer a prova e corrigir a prova.

A prova vai ser realizada na Escola Secundária e vai ser vigiada pelos professores da Escola Secundária.


----- E não havendo mais nada a tratar, a Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 3 e 4, do art.º 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Senhores Secretários.

----- Seguidamente foi encerrada a Sessão, eram 12 horas e 30 minutos.

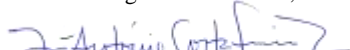
O Presidente da Assembleia Municipal;


Francisco José Esteves

A Primeira Secretária;


Luísa Maria Almeida Torres Belchior

O Segundo Secretário;


José António Costa Ferreira